

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Agrárias
Curso de Graduação em Administração

Carlos Alberto de Oliveira Filho

**ASSOCIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS MUNICÍPIOS DE MINAS
GERAIS COM AS POLÍTICAS BRASILEIRAS DE AJUSTE DO SALÁRIO-MÍNIMO**

Montes Claros
2025

Carlos Alberto de Oliveira Filho

**ASSOCIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS MUNICÍPIOS DE MINAS
GERAIS COM AS POLÍTICAS BRASILEIRAS DE AJUSTE DO SALÁRIO-MÍNIMO**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao curso de Administração da Universidade Federal de Minas Gerais – *campus* Regional Montes Claros, como requisito parcial para o grau de bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Handerson Leonidas Sales

Montes Claros
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Agrárias
Curso de Graduação em Administração

**ASSOCIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS MUNICÍPIOS DE MINAS
GERAIS COM AS POLÍTICAS BRASILEIRAS DE AJUSTE DO SALÁRIO-MÍNIMO**

Carlos Alberto de Oliveira Filho

Trabalho de Conclusão de Curso II aprovado pela Banca Examinadora constituída pelos membros:

Prof. Dr. André Luiz Mendes Athayde – ICA/UFMG

Prof.^a. M.sc. Lucineia Lopes Bahia Ribeiro – ICA/UFMG

Prof. Dr. Handerson Leonidas Sales - Orientador ICA/UFMG

Montes Claros-MG, 29 de janeiro de 2025

Dedico esta conquista, primeiramente, a Deus por Sua infinita misericórdia. À minha família, em especial ao meu pai e à minha avó, que não mediram esforços para ver seu filho/neto graduado, e à minha mãe, in memoriam. Ao meu companheiro, pelo apoio incondicional. Aos meus amigos, que estiveram comigo em todas as minhas escolhas. Meu sincero agradecimento a todos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar esta sessão de agradecimentos dedicando esta vitória a Deus, cuja presença e misericórdia foram meu amparo em todos os momentos desta jornada.

Ao meu pai, Carlos Alberto, e à minha avó, Anair Gomes, por não medirem esforços para que eu me tornasse o primeiro graduado em nível superior da família. Sua força e dedicação foram os alicerces desta conquista. Dedico também à memória de minha mãe, Flávia Conceição, que, mesmo ausente fisicamente, esteve sempre presente em espírito, guiando-me e protegendo-me do céu.

A todos os membros da minha família que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para este processo, meu profundo agradecimento.

Ao meu companheiro, Silvano, por segurar minha mão e permanecer ao meu lado em tantas escolhas, sejam elas certas ou erradas. Sua paciência, apoio e amor foram fundamentais em minha caminhada.

À minha mãe adotiva, mais conhecida como sogra, Mariá, que me acolheu como seu filho e continua cuidando de mim até hoje.

Às minhas amigas de longa data — Camila, Fernanda e Maria Clara —, e às amigadas mais recentes — Ketley, Adrielly e Ingrid —, que foram verdadeiras terapeutas nos momentos em que pensei em desistir. Suas palavras, apoio e presença me deram forças para seguir adiante.

Ao meu orientador e amigo, professor Dr. Handerson Leonidas Sales, que enxergou em mim o potencial para crescer como pessoa e desenvolver um senso crítico mais apurado. Sua orientação não apenas me ajudou a concluir esta etapa, mas também me inspirou a lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao sistema público de ensino, gratuito e de qualidade, que, desde os meus primeiros anos de escola, me possibilitou sonhar com uma formação superior. Sou imensamente grato pelas oportunidades que tive de ingressar e me desenvolver nesse sistema, que é tão importante para tantos outros jovens como eu.

Por fim, a todos os profissionais da educação que, diariamente, transformam vidas com seu trabalho e dedicação, contribuindo para a preparação pessoal e profissional de milhões de alunos: o meu reconhecimento e gratidão.

“Senhor, dai-me força para mudar o que pode ser mudado...
Resignação para aceitar o que não pode ser mudado...
E sabedoria para distinguir uma coisa da outra.”

(São Francisco de Assis)

RESUMO

A desigualdade de renda é um dos principais desafios enfrentados pelo Brasil, refletindo as disparidades socioeconômicas e regionais. Historicamente, o país se destaca por uma concentração de riqueza que limita o acesso de grande parte da população a condições básicas de vida. O estudo analisa a associação entre a distribuição de renda nos municípios de Minas Gerais e as políticas brasileiras de ajuste do salário-mínimo, no período de 2000 até 2021. O trabalho utiliza uma abordagem quantitativa para analisar dados do Índice de Gini e projeções de reajuste do salário-mínimo corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. O estudo verifica que as políticas salariais podem desempenhar um papel na redução das desigualdades de renda, mas seus efeitos variam em razão das condições regionais específicas. Os resultados apontam que, enquanto o salário-mínimo teve um crescimento real em determinadas décadas, com impactos positivos na redução da desigualdade, a dinâmica socioeconômica de Minas Gerais reflete a heterogeneidade do Brasil. Algumas regiões, como o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha, apresentam desafios adicionais devido à concentração de renda e ao baixo desenvolvimento econômico. A análise espacial destacou a existência de padrões regionais na evolução do Índice de Gini. Por meio de técnicas de regressão linear, foi constatada uma correlação entre os reajustes salariais e a diminuição da desigualdade medida pelo Índice de Gini. Contudo, os dados revelam que fatores como políticas públicas complementares e dinâmicas locais também influenciam os resultados. O estudo conclui que, embora o salário-mínimo seja um instrumento de redução da desigualdade, seu impacto é restrito sem medidas complementares que incentivem o desenvolvimento regional. Por fim, os resultados reforçam a importância de políticas integradas para promover uma distribuição mais equitativa da renda em Minas Gerais.

Palavras-chave: Distribuição de renda. Salário-mínimo. Desigualdade socioeconômica. Índice de Gini. Minas Gerais. Políticas públicas.

ABSTRACT

Income inequality is one of the main challenges faced by Brazil, reflecting socioeconomic and regional disparities. Historically, the country has been characterized by a concentration of wealth that limits access to basic living conditions for a large part of the population. The study analyzes the association between income distribution in the municipalities of Minas Gerais and the Brazilian minimum wage readjustment policies, from 2000 to 2021. The study uses a quantitative approach to analyze data from the Gini Index and minimum wage adjustment projections corrected by the Broad National Consumer Price Index. The study finds that wage policies can play a role in reducing income inequalities, but their effects vary depending on specific regional conditions. The results indicate that, while the minimum wage has experienced real growth in certain decades, with positive impacts on reducing inequality, the socioeconomic dynamics of Minas Gerais reflect Brazil's heterogeneity. Some regions, such as the North of Minas Gerais and the Jequitinhonha Valley, face additional challenges due to income concentration and low economic development. The spatial analysis highlighted the existence of regional patterns in the evolution of the Gini Index. Using linear regression techniques, a correlation was found between salary adjustments and the reduction in inequality measured by the Gini Index. However, the data reveal that factors such as complementary public policies and local dynamics also influence the results. The study concludes that, although the minimum wage is an instrument for reducing inequality, its impact is restricted without complementary measures that encourage regional development. Finally, the results reinforce the importance of integrated policies to promote a more equitable distribution of income in Minas Gerais.

Keywords: Income distribution. Minimum wage. Socioeconomic inequality. Gini Index. Minas Gerais. Public policies.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do salário-mínimo no Brasil (2000-2012).....	32
Gráfico 2: Evolução do salário-mínimo no Brasil (2013-2021).....	32
Gráfico 3: Comparativo salário-mínimo e correção Banco Central do Brasil (2000-2021)	33
Gráfico 4: Variações percentuais da evolução do salário-mínimo corrigido pelo IPCA Banco Central do Brasil (2000-2021).....	35
Gráfico 5: Relação de Ganho/Perda monetária sobre o salário-mínimo (2000-2021)	36
Gráfico 6: Recorte do comportamento do salário-mínimo x recorte com valores corrigidos IPCA Banco Central do Brasil (2000-2010).....	37
Gráfico 7: Recorte do comportamento do salário-mínimo x valores corrigidos IPCA Banco Central do Brasil (2010-2021).....	38
Gráfico 8: Evolução do Índice de Gini Brasil (2000-2021)	40
Gráfico 9: Variações percentuais do Índice de Gini no Brasil (2000-2021)	41
Gráfico 10: Evolução do Índice de Gini Minas Gerais (2000 a 2021)	42
Gráfico 11: Variação percentual Índice de Gini em Minas Gerais (2000-2021).....	43
Gráfico 12: Evolução do salário-mínimo e do Índice de Gini em Minas Gerais (2012-2021)	45
Gráfico 13: Variação do Gini entre quartis	47
Gráfico 14: Histograma da variação Índice de Gini entre municípios (2000-2010)	48
Gráfico 15: Histograma da distribuição das variações no Índice de Gini (IBGE) dos municípios mineiros	50
Gráfico 16: Regressão linear simples com indicador Gini (2012-2021).....	55

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação gráfica da divisão espacial dos municípios mineiros pela variação do Gini IBGE (2000-2010).....	52
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Correlação entre indicadores de de- Correção de Valores sigualdade de renda e salário-mínimo.....	54
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPES	Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais
DATASUS	Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
DFR	Distribuição Funcional da Renda
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DRP	Distribuição Pessoal da Renda
FGT	Índice Foster, Greer e Thorbecke
GINI	Coefficiente de Gini/Índice de Gini
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Ipeadata	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia do Ceará
MADE	Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades
OECD	<i>Organism for Economic Co-Operation and Development</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SM	Salário-Mínimo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 Distribuição de renda e sua implicação social	18
2.2 Desigualdade socioeconômica e suas consequências para a distribuição de renda	19
2.3 Coeficiente de Gini e indicadores afins para mensurar a desigualdade de renda	20
2.4 Aspectos e relevância da política de salário-mínimo.....	22
2.5 Caracterização do estado de Minas Gerais: unidade de análise deste estudo	24
3 METODOLOGIA	26
3.1 Caracterização da pesquisa	26
3.2 População e amostragem	27
3.3 Procedimentos metodológicos	27
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
4.1. Evolução do salário-mínimo no Brasil: impactos econômicos e sociais	31
4.2 Análise do Índice de Gini no Brasil (2000-2021).....	39
4.3 Evolução do Índice de Gini em Minas Gerais (2000-2021)	42
4.4 Evolução do salário-mínimo e do Índice de Gini (PNAD) em Minas Gerais (2012-2021)	44
4.5 Análise da desigualdade de renda nos municípios mineiros.....	46
4.5.1 Variação do Índice de Gini (IBGE) nos municípios de Minas Gerais: Análise entre quartis (2000-2010).....	46
4.5.2 Variação do Índice de Gini (IBGE) entre municípios mineiros.....	48
4.6 Correlação Índice de Gini e salário-mínimo Minas Gerais	54
4.7 Regressão linear simples com indicador Gini PNAD Minas Gerais (2012-2021)	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

A compreensão da distribuição de renda e das políticas de salário-mínimo (SM), bem como a conexão entre esses dois elementos, permite aprofundar na análise dos reflexos da distribuição de renda. Em Minas Gerais, escopo deste estudo, existem notáveis disparidades entre os municípios e suas regiões, especialmente no contexto socioeconômico. Alguns municípios se destacam com forte desempenho econômico e altos indicadores sociais, enquanto outros têm baixo desempenho em ambas as áreas, e alguns, apenas obtêm resultados positivos em um dos aspectos, seja econômico ou social (Moreira; Martins, 2017).

A distribuição de renda e as políticas relacionadas ao salário-mínimo, são temas que atingem o bem-estar de uma sociedade e estão relacionadas com suas condições socioeconômica e escolhas políticas dos países no mundo. O Relatório Mundial da Desigualdade de 2022 revela os efeitos brutais da economia global e apresenta um mapeamento da iniquidade: os 10% mais ricos detêm 76% da riqueza e 52% da renda, enquanto metade da população mundial fica com apenas 2% da riqueza e 8,5% da renda (Chancel; Piketty; Saez; Zucman, 2022).

A economia mineira fundamenta-se nos desempenhos de uma agropecuária moderna, num parque industrial amplo e diversificado e num setor terciário que oferece serviços à altura dos bens produzidos (Fundação João Pinheiro, 2007). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2025), Minas Gerais possui 20.539.989 habitantes, distribuídos nos seus 853 municípios, e se posiciona como um dos mais populosos e economicamente diverso do Brasil.

De acordo com Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES) (2017), os dados apresentados pelo IBGE, em parceria com órgãos estaduais, demonstram que a região metropolitana de Belo Horizonte teve a maior participação no Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais entre 2002 e 2014, atingindo 45,71% em 2010 e mantendo-se acima de 42% ao longo do período. Em seguida, destacam-se as regiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (média de aproximadamente 14,5%) e Sul/Sudoeste de Minas (cerca de 11,5%). A Zona da Mata, o Vale do Rio Doce e o Oeste de Minas também apresentaram contribuições relevantes, variando entre 4% e 8%. O Campo das Vertentes teve participação em torno de 2%. Já as regiões do Norte de Minas, Central Mineira, Noroeste de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri registraram as menores participações no PIB mineiro, mantendo-se abaixo de 4,5% ao longo do período analisado.

Paim (2005) relembra em seu texto que a inclusão do salário-mínimo nas políticas governamentais só se tornou relevante a partir da década de 1930. Em 16 de julho de 1934, o presidente Getúlio Vargas promulgou uma nova Constituição que introduziu uma série de medidas destinadas a proteger os direitos dos trabalhadores, incluindo a criação do salário-mínimo. Este salário deveria ser “capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador” (Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, Art. 121, § 1º, b, 1934).

Diante dessa realidade, Araújo, Figueirêdo e Salvato (2009) afirmam que o aprofundamento na análise da relação entre o crescimento, distribuição de renda e a incidência da pobreza nas diversas mesorregiões de Minas Gerais pode fornecer dados para formuladores de políticas públicas. Essa análise possibilita a avaliação da eficácia das políticas de redistribuição de renda e de estímulo ao crescimento econômico na diminuição da pobreza.

Considerando esses fatos, a ausência de critérios consistentes para o reajuste do salário-mínimo nas décadas anteriores, com cada governo estabelecendo seus próprios critérios, pode ter promovido implicações que afetaram a distribuição de renda, as disparidades regionais e outros aspectos sociais.

Somente em 2023 foi aprovada a Lei nº 14.663, que estabelece as diretrizes para a política de valorização do salário-mínimo a partir de 2024. A lei determina em seu Artigo 3º que o reajuste do salário-mínimo em 1º de janeiro de cada ano será calculado com base na inflação do ano anterior para manter o poder de compra e no crescimento real do PIB de dois anos anteriores, para concessão de aumentos reais, conforme definido na lei.

Almeida e Nunes (2022) do jornal O Globo, destacam que no Brasil, em 2022, dos 98,8 milhões de pessoas empregadas, 13 milhões não possuem contratos de trabalho formais, e 25,8 milhões estão engajadas em atividades de trabalho autônomo. Esses três valores representam os maiores números já registrados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do IBGE, que começou em 2012. Dos ocupados, aproximadamente 70% ganham até dois salários-mínimos, o que equivale a 66,7 milhões de trabalhadores. Entre esses, 37%, ou 35,5 milhões, recebem até um salário-mínimo (ou R\$ 1.212).

Nesse contexto, analisar a distribuição de renda em Minas Gerais e sua relação com as políticas nacionais de salário-mínimo pode não apenas revelar nuances socioeconômicas do estado, seus municípios e mesorregiões, mas também oferecer conhecimento sobre as dinâmicas econômicas e políticas que moldam a realidade do Brasil como um todo.

Aplicando esse cenário para a realidade de uma região, esta pesquisa norteou-se pelo seguinte questionamento: Em que medida a distribuição de renda nos municípios de Minas Gerais é dependente das políticas de ajuste do SM no Brasil e de que maneira essa relação influencia os padrões socioeconômicos no estado ao longo do tempo? Para responder a essas perguntas, estabeleceu-se como objetivo: investigar a existência da associação da distribuição de renda nos municípios de Minas Gerais com as políticas brasileiras de ajuste do SM e a evolução, a partir de 2000, a fim de compreender como esses fatores se relacionam e influenciam os padrões socioeconômicos no estado. Subsidiando o alcance desse objetivo, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: a) Analisar a evolução das políticas de ajuste do SM no Brasil, destacando as principais mudanças ocorridas a partir de 2000; b) Investigar em que medida a distribuição de renda brasileira possui relação com as políticas de SM nos municípios de Minas Gerais.

A escolha deste tema de pesquisa se justifica pela sua relevância na compreensão das dinâmicas socioeconômicas e políticas do Brasil, em especial no contexto do estado de Minas Gerais. Sales (2021) relata em seu estudo que a distribuição de renda reflete na equidade e no desenvolvimento econômico e social, e desempenha um papel fundamental nesse cenário. Assim, a maneira como o dinheiro é distribuído entre as pessoas em uma sociedade é muito importante para garantir a justiça e o progresso, tanto econômico quanto social. Nesse sentido, o estabelecimento ou a busca por um adequado SM pode ser uma alternativa adicionalmente necessária para melhorar a equidade na distribuição de renda e promover o desenvolvimento econômico e social.

Saboia e Hallak Neto (2018, p. 266) discorrem que “O papel do salário-mínimo sobre a melhoria da distribuição de renda é polêmico. Há autores que defendem que ele é importante, enquanto outros minimizam sua capacidade redistributiva”. No entanto, a relação exata entre as políticas de SM e a distribuição de renda em estados individuais, como Minas Gerais, ainda não foi completamente explorada e compreendida.

Conforme descreve Silva, Fontes e Alves (2006), historicamente, o Estado de Minas Gerais tem desempenhado um papel de significativa relevância tanto na economia quanto na política do Brasil. Ele se caracteriza como uma das regiões mais dinâmicas do país, possuindo uma grande riqueza e um extenso território. No entanto, sua economia apresenta uma dualidade marcante, onde algumas regiões e municípios exibem alto grau de desenvolvimento, ao passo que em outras áreas prevalecem o atraso econômico, indicadores sociais desfavoráveis, elevada

incidência de pobreza e escassez de recursos, inclusive para suprir necessidades básicas como a alimentação.

Dessa forma, é possível enfatizar a importância de Minas Gerais no contexto do Brasil, considerando sua significativa população, economia diversificada, desigualdades regionais e influência histórica na economia e política do país. A análise do impacto das políticas salariais em Minas Gerais pode oferecer conhecimentos sobre como essas políticas afetam regiões com diferentes realidades econômicas.

Os estudos de Saboia, Hallak Neto, Simões e Dick (2021, p. 6) apontam que “Desde a estabilização monetária obtida em meados da década de 1990, diversos trabalhos passaram a tratar da relação entre salário-mínimo e distribuição de renda no Brasil”. A escolha de iniciar a análise a partir do ano de 2000 permite uma abordagem histórica, analisando décadas de mudanças econômicas e políticas no Brasil e em Minas Gerais. O SM e as políticas relacionadas a ele passaram por várias reformulações nesse período.

Assim, esta pesquisa busca investigar a associação entre a distribuição de renda nos municípios de Minas Gerais e as políticas brasileiras de ajuste do salário-mínimo, analisando sua evolução a partir de 2000. Dessa forma, pretende-se compreender como esses fatores se relacionam e influenciam os padrões socioeconômicos do estado, contribuindo para o debate acadêmico e o aprimoramento de políticas públicas. Os achados podem auxiliar na calibragem de políticas de transferência de renda e no fortalecimento da articulação entre diferentes níveis de governo para reduzir disparidades regionais no estado.

Apresentado o contexto inicial que norteará a pesquisa e sua relevância, a próxima seção envolverá as referências teóricas do trabalho, onde serão aprofundados conceitos sobre distribuição de renda, desigualdades socioeconômicas, indicadores sociais, salário-mínimo e sua função social. Em seguida, serão delineados os procedimentos metodológicos empregados neste estudo, abrangendo a descrição da pesquisa, a estruturação do banco de dados e a aplicação das técnicas de análise de dados. Posteriormente, os resultados serão expostos e analisados à luz da teoria pertinente e em consonância com pesquisas anteriores relacionadas ao tema. Por último, serão formuladas considerações finais, abordando as limitações do estudo e sugerindo direções para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Distribuição de renda e sua implicação social

Medeiros (2002) inicia sua discussão desenvolvendo o diálogo acerca da conexão entre o crescimento econômico, a distribuição de renda e a pobreza, destacando que essa temática ganha renovada ênfase na literatura contemporânea, impulsionada pelo surgimento de evidências que destacam os diferentes padrões de distribuição de riqueza entre nações, juntamente com o notável aumento na concentração de renda global ao longo das duas últimas décadas.

Como contribuição ao estudo e embasamento científico, a pesquisa de Silva, Fontes e Alves (2004) analisa as disparidades regionais em Minas Gerais, avaliando se o crescimento econômico tem reduzido ou ampliado as desigualdades de renda entre as microrregiões do estado no período de 1970 a 2000. Já o estudo de Amano e Rocha (2019) investiga os macrodeterminantes da pobreza nas mesorregiões mineiras, considerando os anos de 2000 e 2010, buscando compreender o impacto do crescimento econômico e da redistribuição de renda na redução da pobreza.

No início da década de 2000 ocorreu a retomada dos estudos da Distribuição Funcional da Renda (DFR) devido às evidências de queda da participação da remuneração do trabalho na renda de diversos países a partir do início da década de 1980. Os resultados questionam a concepção da estabilidade da DFR (Dünhaupt, 2017; OECD, 2015; Guerriero, 2012; Glyn, 2009). Trapp (2015) discorre em sua análise que há um reduzido número de estudos empíricos sobre a DFR em países em desenvolvimento.

Simioni (2010) trata em sua discussão os conceitos relacionados à DFR e Distribuição Pessoal da Renda (DPR), onde destaca: DFR: analisa a repartição do PIB entre proprietários de capital e trabalhadores assalariados. Essa abordagem examina como os ganhos totais da economia são distribuídos entre esses dois grupos, destacando a parcela que vai para os proprietários de ativos e a parcela destinada aos que recebem salários. Já a DPR verifica os rendimentos que pessoas e famílias recebem. Essa análise considera os ganhos específicos que as pessoas obtêm, levando em conta salários, rendimentos de investimentos, aluguéis, benefícios sociais e outras fontes de renda. Portanto, a DPR se concentra na forma como os ganhos são distribuídos entre os membros da sociedade em um nível individual e familiar.

Pereira e Leite (2017) destacam que uma das críticas dirigidas à literatura econômica contemporânea que se concentra na análise da desigualdade de renda é que ela tende a se concentrar predominantemente nos aspectos relacionados à DPR, negligenciando a exploração aprofundada das questões associadas à DRF, a qual frequentemente é reduzida a uma posição secundária em relação a outros tópicos correlatos.

Para Levin, Cashore, Bernstein e Auld (2012) há crescente concordância tanto dentro dos governos quanto no meio acadêmico de que a desigualdade de renda é um dos problemas mais significativos enfrentados pelas nações nos dias de hoje. Eles descrevem a desigualdade de renda como um “*wicked problem*”, que é um termo usado para descrever questões complexas e intrincadas.

A temática se destaca nas agendas governamental e acadêmica também devido a sua forte relação com o desenvolvimento econômico, político e social das nações. Estudos demonstram que os efeitos da concentração de renda geram barreiras a processos desenvolvimentistas. Na economia, o aumento da desigualdade pode afetar o mercado com o enfraquecimento da demanda, impactar negativamente a formação de capital humano, reduzir a produtividade e, por conseguinte, prejudicar processos de crescimento sustentável e de longo prazo. Enquanto no campo político e social, impõe consequências como baixa coesão social, elevação da criminalidade, restrições ao exercício da cidadania, comprometimento da mobilidade social e fomento a posturas protecionistas (Fuentes-Nieva; Galasso, 2014; Atkinson, 2016; OECD, 2015; CEPAL, 2016; 2017).

Ao abordar a definição e as implicações da distribuição de renda em contextos sociais e econômicos, dar-se foco em como a renda é alocada entre os membros de uma sociedade ou economia. A próxima subseção focalizará as características da desigualdade socioeconômica e como elas se relacionam com essas duas dimensões.

2.2 Desigualdade socioeconômica e suas consequências para a distribuição de renda

Em sua análise Cavalcante (2020) discorre que as desigualdades são também moldadas pelas instituições e políticas públicas, e essas influências variam nas regiões e países do mundo, resultando em diferentes dinâmicas e padrões. Isso inclui uma variedade de regras tributárias, legislação trabalhista e características do estado de bem-estar social. No entanto, apesar desse cenário preocupante e dos avanços consideráveis nas pesquisas e estudos que descrevem e

explicam esse fenômeno, tem havido poucos avanços reais na abordagem eficaz das desigualdades.

Sales (2021) destaca que a desigualdade socioeconômica nos países periféricos não se restringe à comparação com os países centrais, mas também é uma realidade interna em diferentes regiões dos países latino-americanos. Isso é atribuído à concentração de renda nas mãos de uma pequena parte da população, evidenciando a disparidade econômica dentro desses países.

Dessa forma, torna-se importante enfatizar políticas e medidas relacionadas à distribuição de renda e ao SM para alcançar um equilíbrio mais justo na sociedade e impulsionar o crescimento econômico, a fim de que, como consequência ocorra o bem-estar social e mitigação dos impactos dessas disparidades.

A desigualdade de renda sempre esteve presente na realidade brasileira, colocando o país entre os mais desiguais do mundo. Isso resulta, entre outros motivos, do passado colonial e escravista do Brasil, que deu origem a uma formação econômica e social que impossibilitou os estratos mais pobres da população a aumentarem sua fração de renda ao longo do tempo, contribuindo assim para que o elevado grau de desigualdade de renda no país persistisse (Baptistella, 2010). O Relatório do Observatório das Desigualdades (2024) divulgado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) ressalta que o Brasil está entre os países com maior desigualdade socioeconômica no mundo e possui um histórico de profundas desigualdades étnico-raciais.

Esse prolongamento da desigualdade de renda é ainda ressaltado como crítica de muitos compositores e artistas. Um exemplo de repercussão popular dessa crítica, está na analogia desse cenário brasileiro referenciada pelo grupo “As Meninas” no verso da música “Xibom Bombom” (1999), que expressa a realidade de um país onde a disparidade econômica é evidente: “Onde o rico cada vez fica mais rico e o pobre cada vez fica mais pobre.” O trecho sugere a existência de uma tendência na sociedade em que as pessoas ricas continuam a acumular riqueza, enquanto as pessoas pobres continuam a enfrentar obstáculos na busca por melhoria nas suas condições financeiras.

Na próxima subseção será abordada sobre o coeficiente de Gini e suas peculiaridades, estabelecendo uma conexão entre os conceitos já discutidos e esse instrumento de medição.

2.3 Coeficiente de Gini e indicadores afins para mensurar a desigualdade de renda

Segundo discussão proposta por Barros, Foguel e Ulysea (2006), embora não exista um índice de desigualdade seguramente melhor do que o outro, o mais comumente empregado é o coeficiente de Gini. Esse índice é derivado da construção de uma curva conhecida como a “curva de Lorenz”, a qual é obtida por meio da ordenação das pessoas com base em seus níveis de renda. As pessoas são organizadas de maneira crescente de acordo com seus rendimentos.

O Instituto de Pesquisa e Estratégia do Ceará (IPECE) (2015) destaca que uma das principais vantagens do coeficiente de Gini é se tratar de uma medida de desigualdade que é calculada por meio de uma análise de razão, em vez de depender de variáveis representativas da maioria da população, como a renda *per capita* ou o PIB. Além disso, pode ser aplicado para comparar a distribuição de renda entre diferentes segmentos da população, como áreas urbanas e rurais. É um índice suficientemente simples e de interpretação fácil, especialmente quando se realizam comparações entre países. Sua simplicidade também facilita a análise da evolução da desigualdade ao longo do tempo, permitindo comparações entre economias ao longo de diferentes períodos.

A definição do coeficiente de Gini por Carneiro (2020) destaca que o ele oscila em uma escala de 0 a 1, onde valores mais próximos de 0 indicam uma distribuição de renda mais equilibrada na população. Por outro lado, valores mais próximos de 1 denotam uma concentração mais acentuada da renda.

Em seus estudos, Campello, Gentili, Rodrigues e Hoewell (2018) apontam que o coeficiente de Gini permite quantificar e mostrar o quão distantes estão os extremos da distribuição de renda, ajudando a identificar se a riqueza está concentrada em poucas mãos ou distribuída de forma mais equitativa.

Salata (2018) apresentou dados que reforçam o declínio do coeficiente de Gini no Brasil, onde destaca a importância do SM como uma ferramenta que pode influenciar a distribuição de renda em certos segmentos da população, demonstrando como as políticas relacionadas ao SM podem afetar diretamente a igualdade ou desigualdade de renda em uma sociedade.

Para o Banco Mundial (2000), uma limitação do Índice de Gini está relacionada à sua capacidade de lidar com a decomposição da desigualdade. Isso significa que, ao tentar analisar a desigualdade total em uma população dividida em grupos independentes, o índice pode não fornecer uma representação completa ou precisa da distribuição de renda dentro desses grupos específicos, ou seja, ao segmentar a população, o Índice de Gini pode não capturar totalmente as nuances da desigualdade em cada subgrupo, limitando sua capacidade de oferecer uma visão abrangente da disparidade econômica.

Araújo, Alves e Besarria (2013) destacam que os coeficientes de Gini e Theil são comumente utilizados para avaliar o quão desigual é a distribuição de renda em uma sociedade. Por outro lado, o índice Foster-Greer-Thorbecke (FGT), desenvolvido por Foster, Greer e Thorbecke, é uma ferramenta significativa para medir a incidência e a intensidade da pobreza. Em síntese, esses indicadores fornecem maneiras de mensurar, entender e quantificar diferentes aspectos da distribuição de renda e pobreza em uma população.

O próximo tópico discorrerá definições sobre o SM sob aspectos legais e como ele se apresenta enquanto política pública na promoção da igualdade, redução da desigualdade social e distribuição de renda.

2.4 Aspectos e relevância da política de salário-mínimo

Quando foi sancionado em 14/01/1936 pela Lei nº 185, o SM foi estabelecido como a remuneração mínima devida ao trabalhador, sem fazer distinção de gênero. Esse valor deveria ser suficiente para atender às necessidades habituais do trabalhador, incluindo alimentação, vestuário, moradia, higiene e transporte.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, estipula em seu art.7º, inciso IV:

Salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim (Constituição da República Federativa do Brasil, art.7º, inciso IV, 1988).

Para o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2010) o salário-mínimo é definido como a menor remuneração monetária que o empregador deve pagar diretamente ao trabalhador por uma jornada normal de trabalho em uma região e período específicos. Sua instituição pode ocorrer por meio de legislação, como em alguns países, ou por diálogo tripartite, envolvendo representantes dos empregadores, trabalhadores e do poder público. Em outros casos, pode ser estabelecido por meio de contratação coletiva, resultado de negociações entre representantes dos trabalhadores e das empresas.

Em 2023 foi aprovada a Lei nº 14.663, de 28 de agosto, que estabelece:

Art. 3º Ficam estabelecidas as diretrizes para a política de valorização do salário-mínimo a vigorar a partir de 2024, inclusive, a serem aplicadas em 1º de janeiro do respectivo ano, considerado que o valor decorrerá da soma do índice de medida da

inflação do ano anterior, para a preservação do poder aquisitivo, com o índice correspondente ao crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de 2 (dois) anos anteriores, para fins de aumento real, conforme apuração nos termos deste artigo.

§ 1º Os reajustes para a preservação do poder aquisitivo do salário-mínimo corresponderão à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulada nos 12 (doze) meses encerrados em novembro do exercício anterior ao do reajuste.

§ 2º Na hipótese de não divulgação do INPC referente a um ou mais meses compreendidos no período do cálculo até o último dia útil imediatamente anterior à vigência do reajuste, o Poder Executivo federal estimará os índices dos meses não disponíveis.

§ 3º Verificada a hipótese de que trata o § 2º deste artigo, os índices estimados permanecerão válidos para os fins do disposto nesta Lei, sem qualquer revisão, e os eventuais resíduos serão compensados no reajuste subsequente, sem retroatividade.

§ 4º Para fins de aumento real, será aplicado, a partir de 2024, o percentual equivalente à taxa de crescimento real do PIB do segundo ano anterior ao da fixação do valor do salário-mínimo, apurada pelo IBGE até o último dia útil do ano e divulgada no ano anterior ao de aplicação do aumento real.

§ 5º Em caso de taxa de crescimento real negativa do PIB, o salário-mínimo será reajustado apenas pelo índice previsto no § 1º deste artigo vigente à época.

§ 6º Nos casos em que o cálculo do valor do salário-mínimo resultar em valores decimais, o valor a ser pago será arredondado para a unidade inteira imediatamente superior (Brasil, 2023).

A importância do SM como um indicador das políticas governamentais relacionadas à distribuição de renda ao longo da história do Brasil, foi citada por Saboia e Hallak Neto (2018, p. 265), no qual dizem “Há cerca de duas décadas o salário mínimo (SM) vem passando por um intenso processo de crescimento. Embora sem regras bem definidas para os reajustes até recentemente, a conjuntura política favoreceu a concessão de aumentos reais para o SM”. Desta forma, somente após 87 anos do estabelecimento da Lei de SM em 1936, conseguiu-se estabelecer a garantia das correções do poder aquisitivo do SM, bem como do fomento ao ganho real.

Segundo DIEESE (2019), observou-se um aumento significativo nos salários básicos, corrigidos pela inflação, na economia durante o período compreendido entre 2004 e 2019, graças à implementação da política de valorização do salário-mínimo, no entanto por escolha do governo da época e não por instrumento compulsório legal. Em decorrência desse incremento, um contingente de trabalhadores que possuía sua remuneração estabelecida por um ou dois salários-mínimos passou a ser beneficiado com ganhos reais crescentes. Esse aumento nos salários, quando considerado em termos reais (ou seja, ajustado para a inflação), resultou em ganhos substanciais para esses trabalhadores.

Já afirma Araújo (2017, p. 8) que “o salário-mínimo possui uma enorme capacidade de expressar o tipo de abordagem adotada pelos governos brasileiros em relação a distribuição de renda ao longo da história”.

Como parte de seus estudos Saboia (2007) salienta que o Índice de Gini referente aos rendimentos provenientes de pensões e aposentadorias concedidas pelo governo registrou uma redução durante o período de 1995 a 2005, consequência direta do aumento do salário-mínimo.

Os dados apresentados anteriormente podem ser confrontados com novo estudo de Saboia e Hallak Neto (2018, p. 275), onde citam “Conforme pode ser verificado, na medida em que o salário-mínimo cresce, o Índice de Gini tende a cair”. Essa análise permite elaborar comparação entre as políticas de SM, coeficiente de Gini e distribuição de renda.

A seguir serão apresentadas características do estado de Minas Gerais e sua aplicação no estudo como representante de vários aspectos socioeconômicos do Brasil.

2.5 Caracterização do estado de Minas Gerais: unidade de análise deste estudo

Os dados do IBGE (2025) apontam que o estado de Minas Gerais tem área total de 586.513,984 km² (2023), população residente no ano de 2022 de 20.539.989 habitantes, densidade demográfica de 35,02 hab./km² (2022), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,774 (2021), Rendimento mensal domiciliar *per capita* de R\$ 1.918 (2023) e tem como capital o município de Belo Horizonte/MG.

A divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas foi proposta pelo IBGE (1990), onde o estado de Minas Gerais figura subdividido geograficamente em 853 municípios, que por sua vez se encontram agrupados em mesorregiões, sendo elas: Campos das Vertentes, Central Mineira, Jequitinhonha, Metropolitana de Belo Horizonte, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Oeste de Minas, Sul e Sudoeste de Minas, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce e Zona da Mata.

Em 2004, Simão (2004) realizou uma pesquisa que indicava que a disparidade de renda tende a ser menor em mesorregiões mais desenvolvidas em comparação com as menos desenvolvidas. Isso se reflete nos índices de desigualdade das mesorregiões Vale do Mucuri, Norte de Minas, Jequitinhonha e Noroeste de Minas, que eram os mais elevados em Minas Gerais na época.

Amano e Rocha (2019) descrevem que as áreas do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Norte são identificadas como economicamente estagnadas, com as duas primeiras sendo as mais carentes do estado, e o setor industrial praticamente inexistente. Na região Norte, as atividades de pecuária e agricultura de subsistência têm destaque, e as indústrias locais estão intimamente ligadas a essas práticas econômicas.

Expostos alguns aspectos teóricos levantados por outros autores que embasam o tema sobre desigualdade socioeconômica, distribuição de renda e políticas do SM, além da caracterização do estado de Minas Gerais, alvo do estudo, apresenta-se, a seguir, os procedimentos metodológicos que foram adotados neste estudo para alcance de seu objetivo geral.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa visou investigar a existência da associação da distribuição de renda nos municípios de Minas Gerais com as políticas brasileiras de ajuste do SM, com foco no impacto do aumento real do salário-mínimo. Para tanto, foi adotada uma abordagem metodológica abrangente, considerando as seguintes variáveis: a taxa de aumento nominal do salário-mínimo a cada ano, a taxa de aumento real do salário-mínimo a cada ano, e os indicadores de concentração de renda, como o Índice de Gini *per capita*.

No que diz respeito à sua natureza, esta pesquisa é categorizada como aplicada. Para Fleury e Werlang (2017), conforme sugere a própria designação, esse tipo de pesquisa destaca-se pelo seu interesse prático. A pesquisa aplicada é caracterizada como um conjunto de atividades em que conhecimentos previamente adquiridos são aplicados para a coleta, seleção e processamento de fatos e dados, com o objetivo de obter e confirmar resultados.

Em relação aos objetivos, esta pesquisa se enquadra na categoria descritiva. De acordo com o entendimento de Selltiz, Wrightsman e Cook (1965), seu propósito é fornecer uma descrição detalhada de um fenômeno ou situação, especialmente ao destacar o que está ocorrendo. Isso possibilita uma abordagem das características de um indivíduo, situação ou grupo, além de revelar as interconexões entre os eventos.

Esta pesquisa é igualmente categorizada como exploratória. Conforme destacado por Gil (2002), trata-se de um tipo de investigação conduzida com o propósito de adquirir uma compreensão mais profunda do problema em questão, tornando-o mais explícito e possibilitando a formulação de hipóteses.

A pesquisa também se caracteriza como documental. Para Pádua (1998), a pesquisa documental consiste na análise de documentos, sejam contemporâneos ou retrospectivos, considerados autênticos do ponto de vista científico, ou seja, não adulterados. Esse método tem sido amplamente empregado nas ciências sociais, especialmente na pesquisa histórica, com o intuito de descrever ou comparar fatos sociais e estabelecer suas características ou tendências.

Quanto à abordagem do problema, a presente pesquisa adota uma perspectiva quantitativa. Conforme elaborado por Soares, Soares e Soares (2019), essa abordagem é empregada quando o objetivo é mensurar opiniões, reações, sensações, hábitos, atitudes, entre

outros, de um público-alvo, por meio de uma amostra que o represente de maneira estatisticamente validada.

A seguir, foi descrita a população e a amostragem que compõem o universo da pesquisa.

3.2 População e amostragem

A população de interesse foi composta pelos municípios mineiros, totalizando 853 unidades administrativas. Essa população é subdividida em 12 mesorregiões. A escolha de utilizar todos os municípios envolve uma abordagem de censo, onde cada unidade da população é considerada para análise, em vez de uma amostragem específica. Os resultados obtidos na pesquisa serão diretamente aplicáveis à totalidade dos municípios mineiros, proporcionando uma visão abrangente da situação em estudo.

A seguir, serão descritos os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta e análise dos dados.

3.3 Procedimentos metodológicos

A análise descritiva foi conduzida, inicialmente, utilizando medidas de tendência central, como média e mediana, a fim de compreender a posição central dos dados. Em seguida, foram calculadas medidas de dispersão, incluindo desvio padrão e amplitude interquartil, para avaliar a variabilidade dos dados em torno da média. Para investigar a relação entre as variáveis, foi aplicado o método de correlação, mensurando a intensidade e a direção da associação entre o aumento real do salário-mínimo e os indicadores de distribuição de renda nos municípios mineiros.

Inicialmente, foi realizada a divisão dos municípios mineiros em quartis com base na concentração de renda registrada em 2000 e 2010, obtidos por meio dos dados do Índice de Gini desses anos através do cruzamento das informações das plataformas: Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) (2025) e Atlas Brasil (2025). Adicionalmente, os dados relativos ao valor nominal do salário-mínimo foram coletados através da plataforma Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipeadata) (2025), bem como confirmação das informações através da legislação.

Sobre os quartis, Feijoo (2010) explica em seu estudo o conceito de medidas separatrizes, que são valores que dividem uma distribuição em partes quaisquer. Os quartis,

dividem a distribuição em quatro partes iguais, representando 1/4 da ordem, e os decis, dividem a distribuição em 10 partes iguais, cada uma representando 1/10 da ordem. Essas medidas separatrizes são fundamentais para entender a distribuição e a posição relativa dos dados em um conjunto, permitindo uma análise mais detalhada da sua estrutura.

A divisão dos municípios mineiros com base nos anos de 2000 e 2010 foi determinada pela disponibilidade de dados censitários, uma vez que esses anos correspondem aos períodos de realização dos Censos Demográficos pelo IBGE, garantindo maior precisão na análise da distribuição de renda.

Para analisar o comportamento dos quartis após o aumento do salário-mínimo, foi utilizado o *box plot*, uma ferramenta gráfica comumente empregada na pesquisa científica para resumir e analisar dados quantitativos de maneira regular, conforme destacado por Valladares Neto, Santos, Torres e Estrela (2017). Essa abordagem visual proporcionou uma representação das variações na distribuição de renda em cada conjunto de municípios, facilitando a identificação de padrões e mudanças decorrentes do aumento salarial.

Para a atualização dos valores monetários ao longo do período analisado, foi utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como referência, por meio da ferramenta da Calculadora do Cidadão – Correção de Valores (2025) do Banco Central do Brasil. Desde novembro de 1985, o IPCA é o único indexador oficial do país. Ele passou a corrigir não apenas salários e aluguéis, mas também a taxa de câmbio, a poupança e outros ativos monetários. A medida foi formalizada pelo Decreto-Lei nº 91.990, de 27 de novembro de 1985, e pela Resolução nº 1.062 do Banco Central do Brasil, refletindo a necessidade de padronização dos critérios de correção monetária no período.

A análise para o período de 2012 a 2021 foi realizada com base em projeções de reajuste do salário-mínimo disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil, por meio da Calculadora do Cidadão, bem como estimativas do Índice de Gini obtidas a partir da PNAD Contínua do IBGE. A utilização desses dados permitiu a continuidade do estudo da associação entre o aumento real do salário-mínimo e a distribuição de renda nos municípios mineiros. Entretanto, se trata de projeções e os resultados podem apresentar variações em relação a futuras atualizações.

Além disso, foi conduzida uma análise da distribuição de renda por meio de histogramas, com a avaliação da presença da moda e do formato da curva de Gauss. Lopes *et al.* (2014), no campo da bioestatística, destacam que a distribuição normal ou gaussiana é amplamente estudada, caracterizada pelos parâmetros da média (μ) e variância (σ^2). Essa distribuição possui propriedades como um formato em sino, simetria ao redor do centro e dois

pontos de inflexão, um à direita e outro à esquerda, representando o desvio padrão (σ). Esses parâmetros permitem calcular probabilidades associadas a variáveis contínuas que seguem essa distribuição, sendo uma ferramenta na análise estatística em contextos bioestatísticos. Essa análise também se mostra importante para o estudo, proporcionando visualizações adicionais sobre a natureza da distribuição de renda nos municípios mineiros após o aumento real do salário-mínimo.

Foi utilizado também o software gratuito GeoDa, especializado em análises de dados espaciais, autocorrelação e modelagem espacial. Viera (2019) afirma que a análise de dados espaciais oferece uma descrição quantitativa de fenômenos ocorridos no espaço, abrangendo diversas áreas do conhecimento, como saúde, meio ambiente, geologia, agronomia, entre outras. O GeoDa é um Sistema de Informação Geográfica (SIG) de código aberto, que permite, entre outras funcionalidades, a visualização espacial de variáveis por meio de mapas, possibilitando a identificação dos padrões espaciais dos fenômenos analisados.

Para além foi realizado o teste de correção entre duas variáveis. Tanni, Patino e Ferreira, (2020) explicam que o coeficiente de correlação (r) é utilizado para medir a intensidade e a direção da relação entre essas variáveis. Esse coeficiente varia de -1 a 1 . Quando $r = 0$, indica que não há uma relação linear entre as variáveis; quando $r = 1$, há uma correlação positiva perfeita, ou seja, à medida que o valor de uma variável aumenta, o valor da outra também aumenta. Quando $r = -1$, há uma correlação negativa perfeita, implicando que, à medida que o valor de uma variável aumenta, o valor da outra diminui. Na maioria dos casos, o valor de r não atinge exatamente 1 ou -1 , indicando que a relação entre as variáveis não é perfeita. No estudo de Schober, Boer e Schwarte (2018) a força de uma correlação é geralmente interpretada como fraca ($r < \pm 0,4$), moderada (r variando de $\pm 0,4$ a $\pm 0,7$) e forte ($r > \pm 0,7$).

Adicionalmente, foi utilizada a regressão linear simples, para modelar a dependência entre o aumento real do salário-mínimo e as variações na distribuição de renda, considerando o indicador de Gini *per capita*. Martins (2019) discorre que um modelo de regressão é uma abordagem matemática que descreve a relação entre duas ou mais variáveis quantitativas. Quando o estudo envolve apenas duas variáveis e o modelo matemático é representado por uma equação linear, esse modelo é denominado regressão linear simples.

Castro e Ferreira (2022) explicitam que na regressão linear simples o coeficiente beta representa a variação média (esperada) na variável dependente para cada alteração de uma unidade na variável independente, aplicável a variáveis contínuas.

Ao finalizar, os resultados obtidos foram interpretados, destacando padrões, e implicações significativas para a política econômica, além do reconhecimento das limitações do estudo, garantindo a conformidade ética em todas as etapas da pesquisa.

A seguir, serão apresentados e discutidos os resultados obtidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados obtidos e a discussão das informações apresentadas são parte das compreensões sobre as dinâmicas econômicas e sociais relacionadas à desigualdade e à distribuição de renda no Brasil, com foco nos municípios mineiros. Ao longo desta seção, foram abordados temas como a evolução do salário-mínimo, sua relação com indicadores sociais, a distribuição espacial da renda e outros aspectos. Esses elementos, interligados, oferecem uma visão dos fatores que moldam a realidade socioeconômica brasileira e mineira, contribuindo para o debate sobre políticas públicas voltadas à redução das disparidades regionais e à promoção do desenvolvimento.

4.1. Evolução do salário-mínimo no Brasil: impactos econômicos e sociais

Afonso, Pereda, Giambiagi e Franco (2011) afirmam que o salário-mínimo desempenha um papel essencial como indicador da situação econômica de um país e do nível de bem-estar de sua população. No Brasil, onde muitos cidadãos dependem desse rendimento como principal fonte de sustento, analisar sua evolução ao longo do tempo é fundamental para compreender os avanços econômicos e sociais da nação.

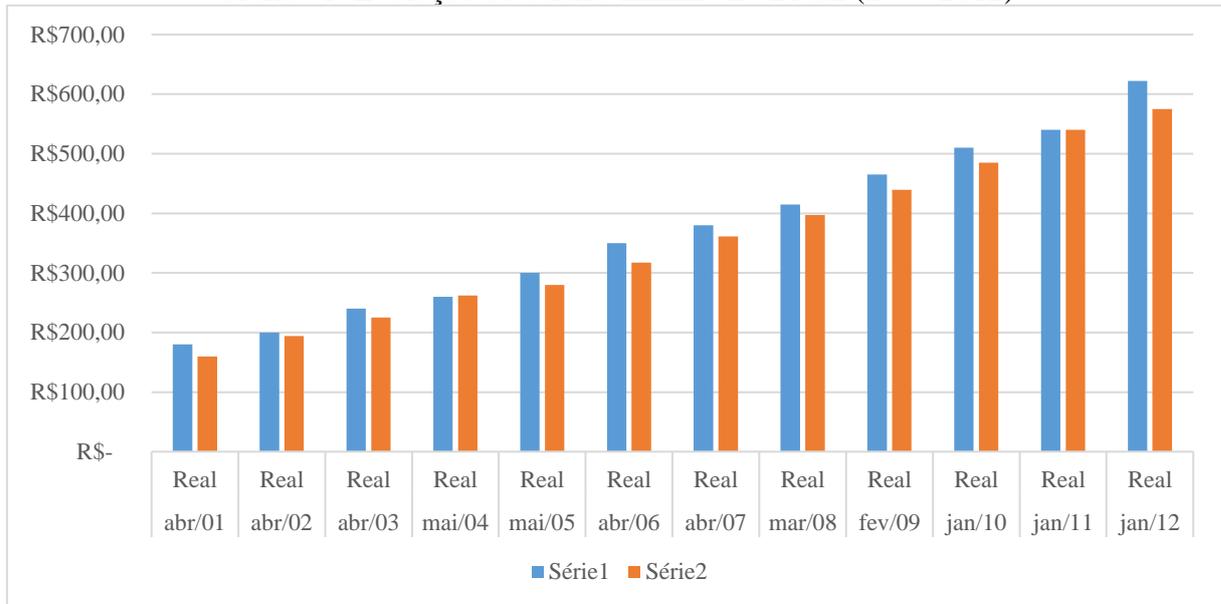
Para efeitos de pesquisa, não foi considerado apenas os valores absolutos do salário-mínimo, mas também as taxas de variação ao longo dos anos, destacando períodos de aumento significativo ou estagnação. Velasco (2023) já dizia em seu estudo que as análises de tendências temporais são uma abordagem ecológica longitudinal que permite observar de forma dinâmica o estado de saúde de uma população ao longo do tempo. Nesse tipo de estudo, os dados são coletados periodicamente para identificar tendências e mudanças no cenário analisado.

Dessa forma, assim como as análises de tendências temporais buscam identificar padrões e mudanças ao longo do tempo, este estudo visou investigar a existência da associação da distribuição de renda nos municípios de Minas Gerais com as políticas brasileiras de ajuste do SM e a evolução, considerando suas variações ao longo dos anos.

A seguir, foi analisado por meio dos gráficos 1 e 2 a trajetória do salário-mínimo no Brasil ao longo dos anos 2000 a 2021. Ao acompanhar as variações anuais, é possível identificar padrões e possíveis influências econômicas e políticas que moldaram sua evolução ao longo desse período. Para uma melhor ilustração e visualização, o gráfico de colunas foi dividido em duas partes, a primeira contendo os dados referentes ao período de 2000-2012 (Gráfico 1) e a

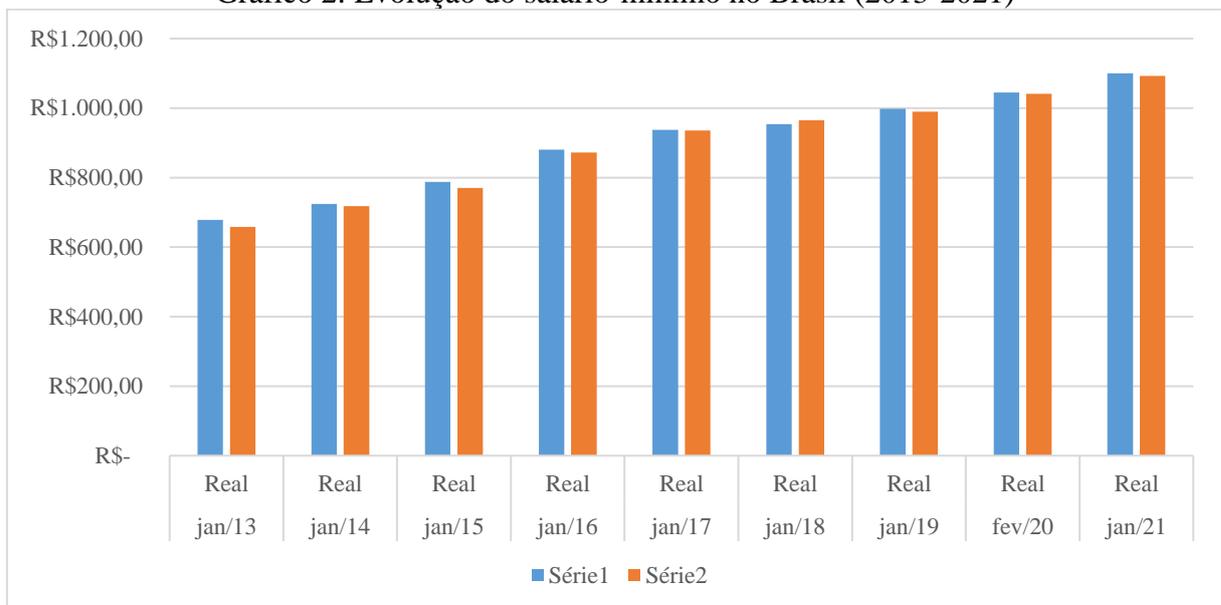
segunda abrangendo os anos 2013 a 2021 (Gráfico 2). A série 1 (em azul) representa o valor nominal aplicado como pagamento do salário-mínimo, já a série 2 (em alaranjado) o valor corrigido pela correção monetária pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), através do Banco Central por meio de projeção.

Gráfico 1: Evolução do salário-mínimo no Brasil (2000-2012)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Ipeadata (2025) (consulta 01/2025).

Gráfico 2: Evolução do salário-mínimo no Brasil (2013-2021)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Ipeadata (2025) (consulta 01/2025).

Para garantir a consistência dos dados ao longo da pesquisa, foi escolhido o ano de 2000 como ponto de partida. Embora o Plano Real tenha sido implementado em 1994, pela Lei nº

9.069, de 29 de junho de 1995, a opção por esse recorte temporal se justifica pela necessidade de utilizar dados já consolidados sob a nova moeda, reduzindo possíveis distorções decorrentes do período inicial de transição econômica. Além disso, a escolha desse marco garante maior compatibilidade metodológica com as bases de dados disponíveis, cujas séries históricas tendem a apresentar maior estabilidade a partir desse período. Quanto ao limite temporal da pesquisa, a análise foi conduzida até 2021, que corresponde ao último ano com dados disponíveis no banco de dados Atlas Brasil para o Índice de Gini. Para garantir a compatibilidade da análise, a série histórica do salário-mínimo também foi considerada até esse mesmo período.

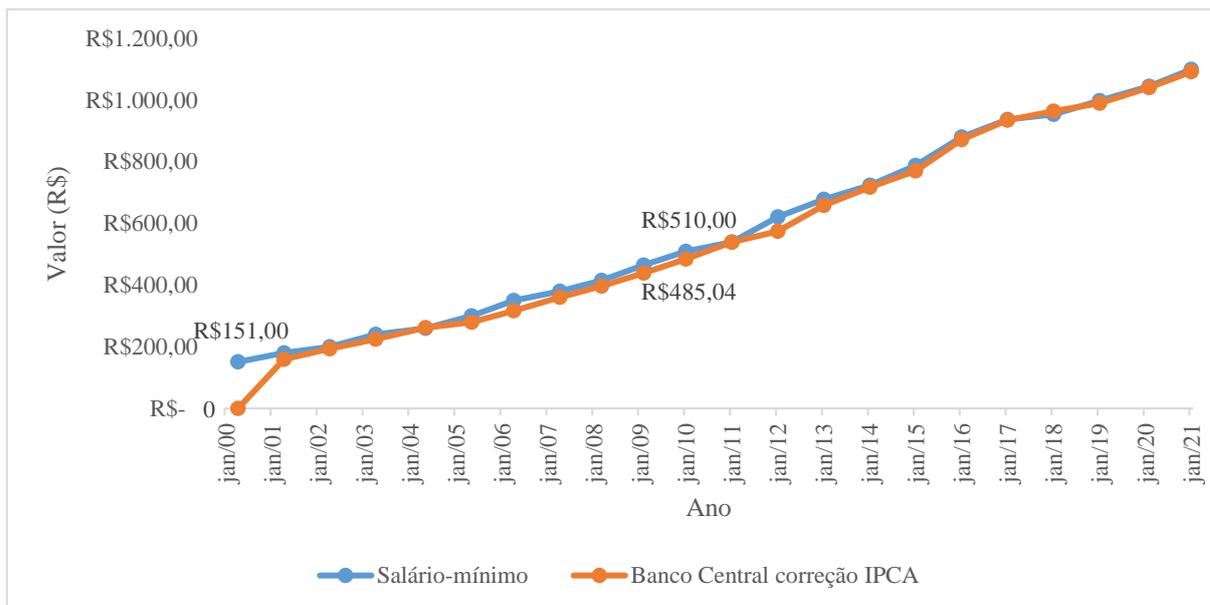
Vale ressaltar que o valor do salário-mínimo considerado é respaldado pelas alterações legislativas vigentes para o ano do exercício. Ou seja, os dados utilizados na pesquisa foram determinados e justificados pelas mudanças nas leis que estavam em vigor no ano de exercício.

Conforme visualizado no gráfico acima, ao longo das últimas duas décadas, o salário-mínimo no Brasil registrou um aumento gradual. Em abril de 2000, o valor era de R\$ 151,00, definido pela Lei nº 9.971, de 18 de maio de 2000. Desde então, houve aumentos anuais, embora em ritmos diferentes em cada período. Em janeiro de 2010, por exemplo, a remuneração subiu para R\$ 510,00, definido pela Lei nº 12.255, de 15 de junho de 2010, representando um aumento significativo em comparação com anos anteriores. Essa tendência de aumento continuou nos anos seguintes.

No ano de 2020 houve alterações no salário-mínimo. A Medida Provisória nº 916, de 31 de dezembro de 2019, estabeleceu que a partir de 1º de janeiro de 2020, o vencimento seria de R\$ 1.039,00 (mil e trinta e nove reais). No entanto, essa medida foi posteriormente revogada pela Medida Provisória nº 919, de 30 de janeiro de 2020, que definiu que a partir de 1º de fevereiro de 2020, o valor passaria a ser de R\$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais).

Logo abaixo foi apresentado o gráfico 3, que trouxe o comparativo entre o valor do salário-mínimo que vigorou para cada ano entre 2000 e 2021 e o projetado pelo Banco Central considerando a correção pelo IPCA, proporcionando uma visão mais ampla dos ganhos ou perdas acumuladas dentro dessas duas décadas.

Gráfico 3: Comparativo salário-mínimo e correção Banco Central do Brasil (2000-2021)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Ipeadata (consulta 01/2025).

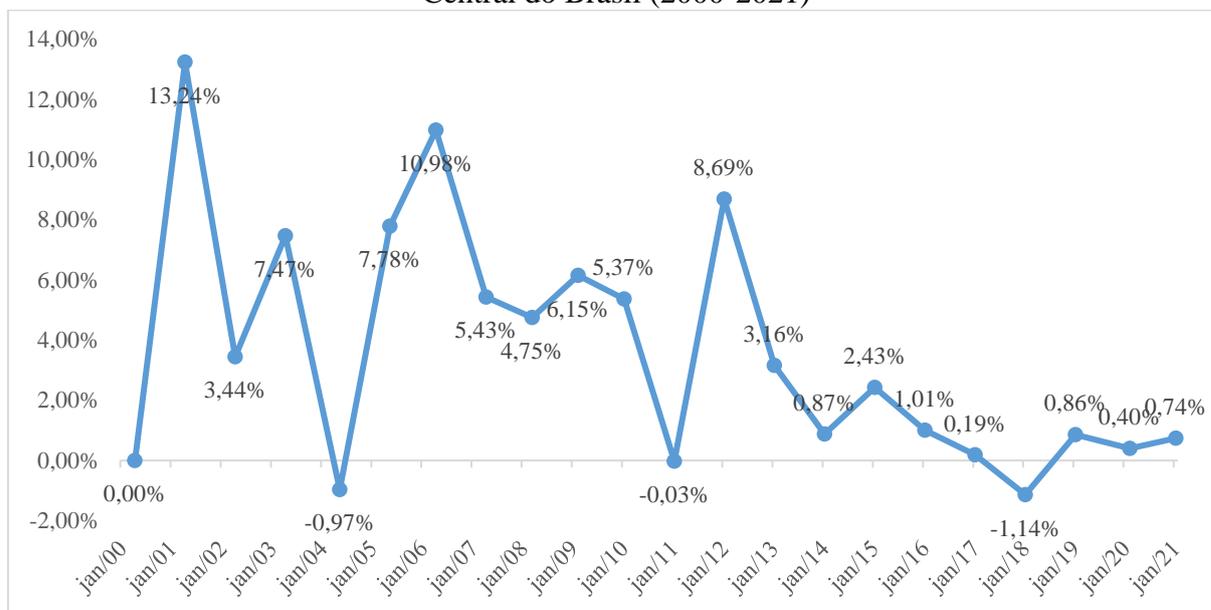
Os dados apresentados permitem uma análise da trajetória do salário-mínimo no Brasil ao longo dos anos, considerando também sua correção projetada com base no IPCA utilizado como índice de correção na Calculadora do Cidadão – Correção de Valores, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil. Esse aplicativo permite simulações financeiras cotidianas a partir das informações fornecidas pelo usuário, servindo como referência para ajustes monetários. De acordo com o Banco Central (2025), a metodologia adotada para os cálculos é a de juros compostos, amplamente utilizada nos sistemas financeiros para operações de crédito, remuneração de investimentos e atualização de valores ao longo do tempo.

Ao analisar o ano de 2000, marcado pelo Censo demográfico, observou-se que em abril o salário-mínimo era de R\$ 151,00. Comparando com o ano de 1991, também um ano de Censo, a última alteração salarial vigente foi instituída pela Lei nº 8.222, de 5 de setembro de 1991, estabelecendo o valor do salário em Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) mensais. Corrigindo esse valor pela Calculadora do Cidadão para abril de 2000, equivale à época R\$ 166,43. Essa comparação evidencia uma perda de ganhos reais no poder de compra do brasileiro de R\$ 15,43, representando uma queda de 18,21%.

Durante a década seguinte, foram registrados aumentos significativos no salário-mínimo. Em janeiro de 2010, por exemplo, o valor subiu para R\$ 510,00. Ao considerar a correção feita pelo Banco Central levando em conta a inflação, o valor do salário seria de R\$ 286,21, resultando em um ganho de R\$ 223,79 dentro do período de 10 anos.

O Gráfico 4 a seguir ilustra a variação percentual de aumento do salário-mínimo descontada inflação, destacando as maiores variações verificadas para o período de 2000 a 2021.

Gráfico 4: Variações percentuais da evolução do salário-mínimo corrigido pelo IPCA Banco Central do Brasil (2000-2021)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Ipeadata (Consulta realizada em 01/2025).

Para o ano de 2012, observou-se também ganhos reais nos resultados. Houve uma variação positiva de 8,69% quando se compara a variação ocorrida no aumento do salário-mínimo e a variação que o IPCA teve no mesmo período. Isso se traduziu em um ganho de R\$ 46,90 em relação ao valor projetado pelo Banco Central de R\$ 575,10, e o valor apresentado pelo governo, de R\$ 622,00.

Os dados também revelam a relação entre os aumentos do salário-mínimo e a variação do IPCA do ano anterior. Em geral, é possível observar que quanto maior a variação do IPCA, maior tende a ser o aumento. No entanto, há exceções a essa tendência, como em 2018, quando o salário-mínimo teve um aumento para R\$ 957,00, representando uma elevação de 1,81%. Já o IPCA do ano anterior representava 2,95%, resultando em uma variação negativa de -1,14%. Isso ocasionou perdas de ganhos reais que somam R\$ 13,41.

Embora a década seguinte tenha registrado aumentos significativos no salário-mínimo, como evidenciado pelo crescimento entre 2000 e 2010, o ano de 2011 teve um resultado negativo no ganho real da remuneração. Assim como nos anos de 2000 e 2018, que representaram as maiores perdas, o ano de 2011 apresentou uma variação negativa ao comparar

o percentual de aumento do salário-mínimo (5,88%) com a inflação (5,91%). A diferença de -0,03% resultou em uma perda de R\$ 4,62 no poder de compra do brasileiro, visto que o valor vigente era de R\$ 540,00 e a projeção de correção pelo Banco Central era de R\$ 544,62.

Os anos de 2016, 2017 e 2020 mantiveram-se com valores abaixo das projeções do Banco Central, embora tenham superado a inflação, através das variações positivas (1,01%, 0,19% e 0,40%, respectivamente). Por outro lado, entre 2013 e 2015, 2019, 2021, houve ganhos reais para o salário-mínimo, ultrapassando %, tanto o IPCA quanto as projeções do Banco Central.

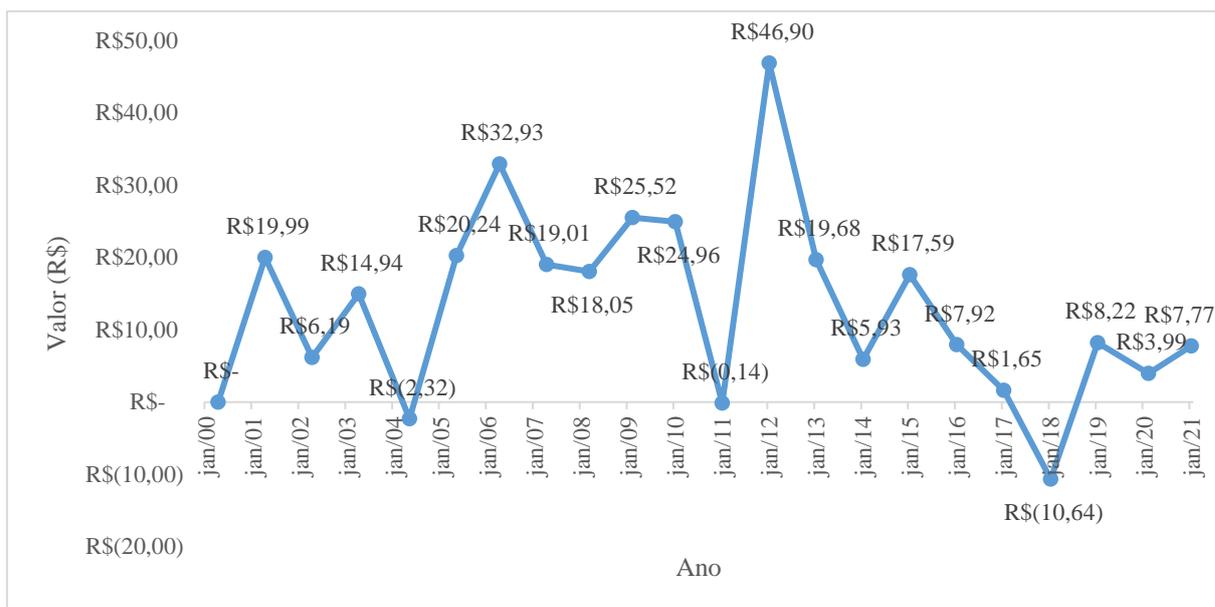
Como discorrido anteriormente, os índices de destaque se concentram nos anos de 2011 e 2018 como perdas acompanhadas de variação negativa (indicando prejuízos maiores), e 2010 e 2012 como ganhos reais no salário-mínimo. Os índices de variação do IPCA têm uma relação direta com os ganhos reais sendo inversamente proporcional e afeta o poder de compra dos cidadãos, quando observado uma variação como -1,14% (2018) na evolução do salário-mínimo por exemplo, em tese, há um aumento no custo de vida pela inflação, tendo uma redução ou estagnação do salário-mínimo.

Já as variações negativas próximas de zero, como -0,03% (2011), sugerem estabilidade, resultando em uma manutenção do poder de compra do salário-mínimo, sem grandes alterações, mas que ainda assim representam perdas de ganhos reais. Aumentos moderados, como 3,16% (2013) e 2,43% (2015) refletem ajustes positivos podendo garantir que os trabalhadores mantenham seu padrão de vida.

Contudo, variações baixas, como 0,87% (2014) e 0,86% (2019) indicam uma variação moderada e controlada, resultaram em ajustes positivos no salário-mínimo para garantir a manutenção do poder de compra, refletindo em ganhos reais.

No gráfico 5 a seguir, é demonstrado os ganhos e perdas reais sobre o salário-mínimo discorridos previamente e abordado outros pontos de análise.

Gráfico 5: Relação de Ganho/Perda monetária sobre o salário-mínimo (2000-2021)



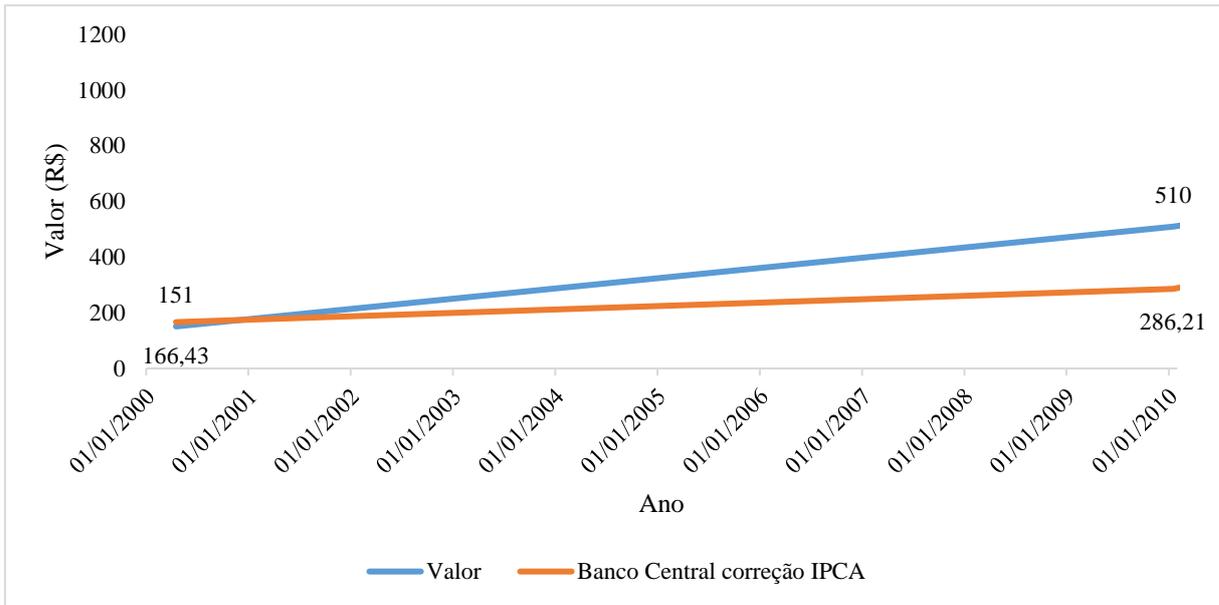
Fonte: Autor

A análise dos dados revela uma oscilação no ganho monetário real do salário-mínimo ao longo dos anos de forma complementar ao Gráfico 2, com alguns períodos marcados por ganhos significativos e outros por perdas. As variações podem ser influenciadas por uma série de fatores, incluindo a inflação, políticas econômicas, e o desempenho da economia em geral.

Observa-se que em janeiro de 2010, ocorreu um ganho de R\$ 24,96, representando um aumento em relação à 2000. Em contraste, em janeiro de 2011, houve um pequeno aumento de R\$ 0,14, seguida por um ganho em janeiro de 2012 de R\$ 46,90. Os anos subsequentes mostraram variações menores, com ganhos modestos em alguns anos, como em janeiro de 2015, quando houve um aumento de R\$ 17,59, e perdas em outros, como em janeiro de 2018, com uma redução de R\$ 10,64.

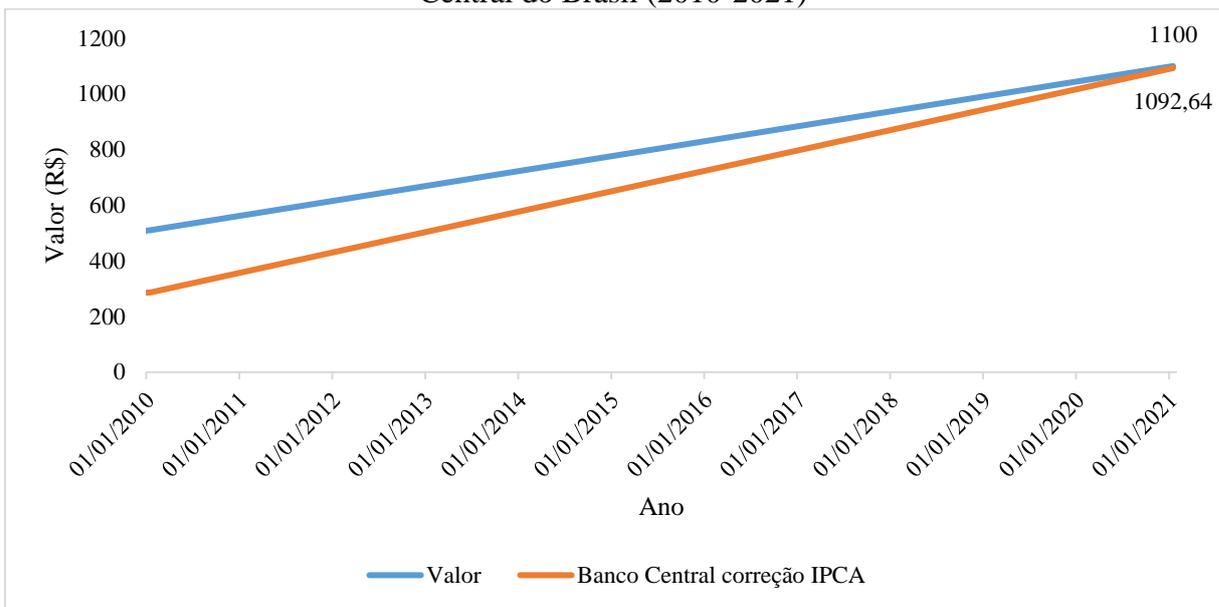
No gráfico 6 a seguir, está disposto um recorte do período de maior ganho percentual e real do salário-mínimo, onde foi analisado o distanciamento e aproximação do valor vigente e corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) nos anos censitários de 2000 e 2010. Para efeito de comparação está disponível no Gráfico 7 o período de 2010 a 2021, onde será possível visualizar também esse comportamento.

Gráfico 6: Recorte do comportamento do salário-mínimo x recorte com valores corrigidos IPCA Banco Central do Brasil (2000-2010)



Fonte: Autor

Gráfico 7: Recorte do comportamento do salário-mínimo x valores corrigidos IPCA Banco Central do Brasil (2010-2021)



Fonte: Autor

Ao analisar o período de maior ganho real e percentual do salário-mínimo compreendido entre janeiro de 2000 e janeiro de 2010 (Gráfico 6), verifica-se nota-se uma tendência de afastamento entre as retas. Essa distância entre elas demonstra o ganho real, quanto maior a diferença, maiores serão os percentuais de ganho, quanto menor a variação, menores os ganhos.

O efeito inverso visualizado no Gráfico 7 (período de 2010 a 2021) pode ser descrito pela aproximação crescente das linhas que representam o valor do salário-mínimo vigente e os valores corrigidos pelo IPCA. Esse comportamento sugere uma redução do ganho real do

salário-mínimo ao longo dos anos analisados, diferentemente do período anterior (2000-2010), onde o afastamento entre as curvas indicava um aumento do ganho real. Essa redução nos ganhos reais reflete uma desaceleração na valorização efetiva do salário-mínimo quando comparado à inflação. Fatores como o crescimento econômico moderado, as crises econômicas, ou mudanças nas políticas de valorização podem estar relacionados a esse efeito.

A conexão entre as políticas de valorização do salário-mínimo e as flutuações do Índice de Gini revela a importância dessas políticas na promoção de uma distribuição de renda mais equitativa no país, o que foi analisado em detalhes a seguir, ao observar a evolução do Índice de Gini no Brasil de 2000 a 2021.

4.2 Análise do Índice de Gini no Brasil (2000-2021)

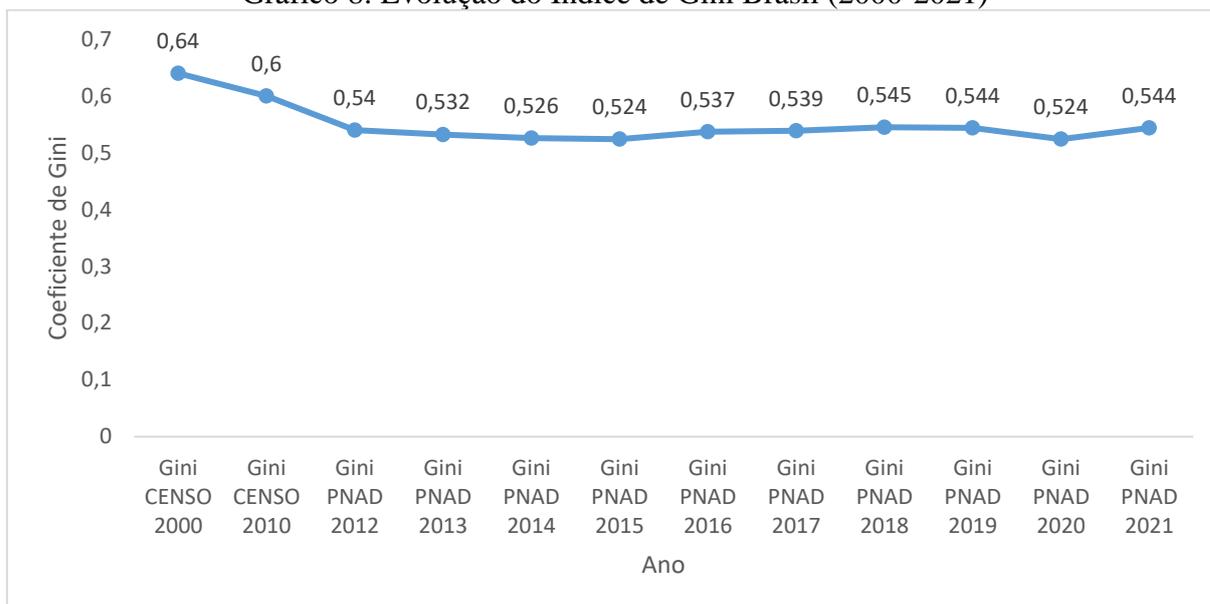
Segundo o Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (MADE) (2024) o Índice de Gini varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade de renda. Em uma situação hipotética em que o índice fosse igual a 0, isso indicaria uma distribuição de renda perfeitamente igualitária, em que todos os indivíduos possuem a mesma renda. Por outro lado, um Índice de Gini igual a 1 representaria uma desigualdade extrema, onde apenas uma pessoa detém toda a renda de uma determinada sociedade.

A análise inicial desse indicador permite uma investigação das tendências e padrões subjacentes, além de fornecer informações sobre os desafios e oportunidades relacionados à equidade econômica no país.

Na pesquisa, foram destacados os anos em que o IBGE realizou o Censo, com ênfase especial nos anos de 2000 e 2010. Importante ressaltar que os dados relativos ao Índice de Gini 2022 ainda não foram divulgados. De acordo com a Ferreira e Belandí (2024) da Agência IBGE Notícias, a primeira divulgação dos agregados do Censo Demográfico 2022, realizada com base em Setores Censitários preliminares, incluiu informações sobre o total de pessoas e domicílios por espécie, além da média de moradores em domicílios particulares ocupados. Assim, a análise dos dados sobre a distribuição de renda, através dos resultados do Índice de Gini 2022, ficará dependente de futuras atualizações e divulgações por parte do IBGE.

A seguir, no gráfico 8, se encontram os resultados do Índice de Gini do Brasil, analisados ao longo do período compreendido entre 2000 e 2021. Esses dados são base fundamental para as análises subsequentes, proporcionando uma compreensão abrangente das dinâmicas da distribuição de renda no Brasil.

Gráfico 8: Evolução do Índice de Gini Brasil (2000-2021)



Fonte: Autor

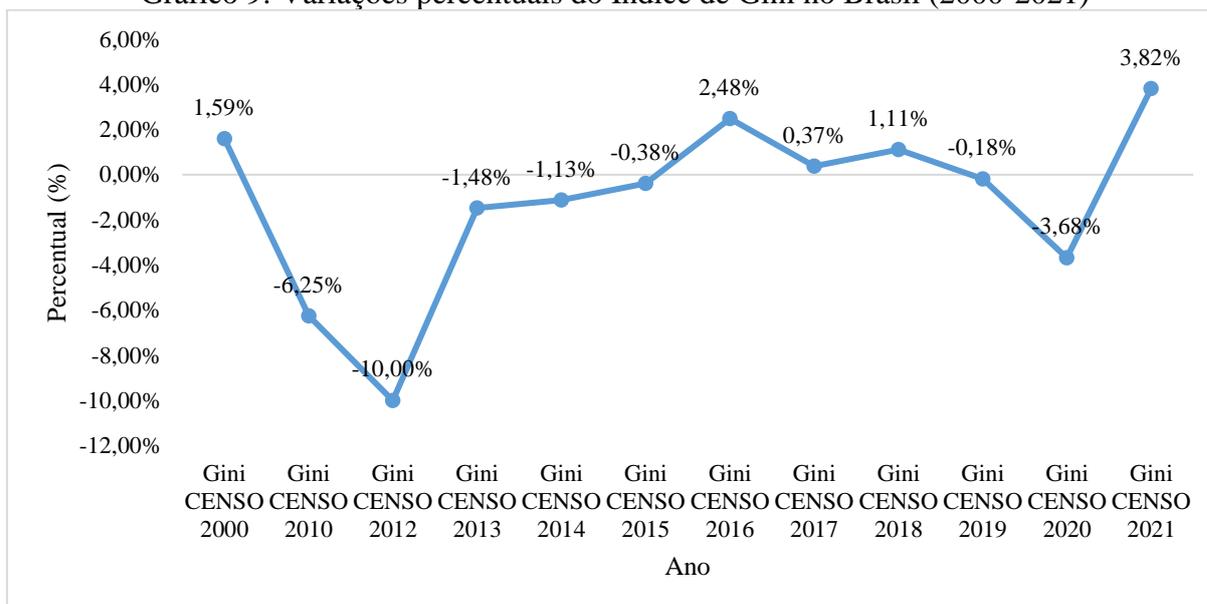
Ao longo das últimas duas décadas, o Brasil experimentou uma variedade de tendências em sua desigualdade de renda, como evidenciado pelos dados fornecidos. Inicialmente, o país começou com Índice de Gini muito alto em 2000, registrando valor de 0,64, o que indicava uma disparidade significativa na distribuição de renda. No entanto, ao longo dos anos, houve flutuações nessa medida. Entre 2010 e 2014, houve uma tendência clara de queda na desigualdade, com o índice atingindo seu ponto mais baixo em 2014, com 0,526. Esse declínio sugere uma possível melhoria nas condições socioeconômicas e políticas que impactam a distribuição de renda no país.

No entanto, após 2014, a tendência começou a se reverter gradualmente. Embora tenha havido períodos de estabilidade, como em 2015 e 2019, a desigualdade aumentou. Especificamente, entre 2016 e 2018, observou-se um aumento constante na desigualdade de renda, com o Índice de Gini atingindo seu pico em 2018, com 0,545. Essa tendência ascendente sugere um retorno a níveis mais altos de disparidade econômica no país.

No entanto, é importante notar que houve queda significativa em 2020, onde o índice caiu para 0,524. Posteriormente, essa queda não se sustentou, como indicado pelo aumento subsequente em 2021, sugerindo que os desafios estruturais subjacentes à desigualdade de renda ainda persistem.

No gráfico 9 visualizado abaixo, tem-se a variação percentual do Índice de Gini do Brasil, retificando os valores apresentados acima e demonstrando as quedas expressivas e aumentos abruptos do indicador.

Gráfico 9: Variações percentuais do Índice de Gini no Brasil (2000-2021)



Fonte: Autor

Tendo como base o Censo de 1991 (Gini 0,63), pode-se verificar que em 2000 houve um aumento de 1,59% em relação à década anterior. Já no Censo de 2010, houve uma redução expressiva de 6,25% no Índice de Gini em relação ao dado de 2000, sugerindo uma melhoria na distribuição de renda no Brasil durante essa década. Essa tendência de queda continuou nos anos seguintes, com quedas adicionais de 10,00% em 2012, 1,48% em 2013, 1,13% em 2014 e 0,38% em 2015, indicando uma trajetória de redução da desigualdade.

Segundo Nery (2012) desde 1960, a história brasileira não registra, estatisticamente, um fenômeno semelhante à redução da desigualdade de renda ocorrida a partir de 2001. Essa diminuição pode ser comparada ao aumento da desigualdade observado na década de 1960, período em que o Brasil foi reconhecido internacionalmente como um país de iniquidade persistente. Entre 2001 e 2011, a renda dos 10% mais pobres apresentou um crescimento 550% superior ao dos 10% mais ricos. Nos 12 meses encerrados em junho de 2012, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) confirmou a continuidade desse movimento, marcando 11 anos consecutivos de redução no Índice de Gini.

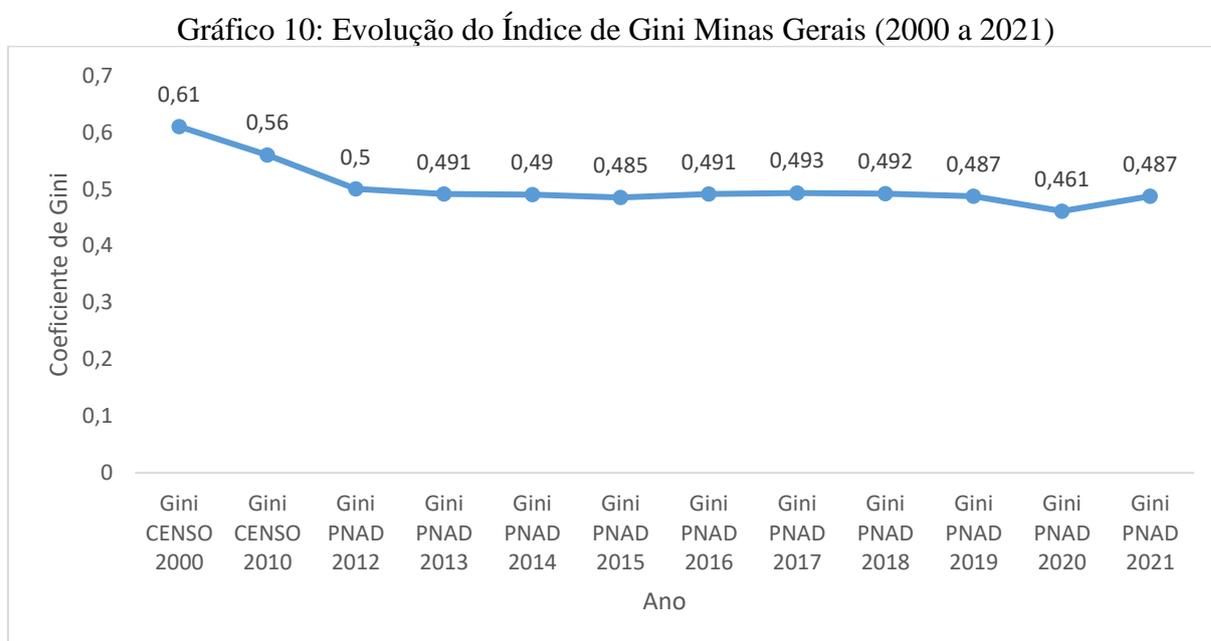
No entanto, a partir de 2016, observou-se uma reversão nessa tendência, com um aumento de 2,48% no Índice de Gini, seguido por um pequeno aumento de 0,37% em 2017 e um aumento mais significativo de 1,11% em 2018. Em 2019, houve uma pequena redução de 0,18%, mas em 2020 ocorreu uma queda mais expressiva de 3,68%. No entanto, em 2021, o Índice de Gini aumentou novamente, desta vez em 3,82%.

Após analisar a evolução do Índice de Gini no Brasil entre 2000 e 2021, é importante direcionar o foco para uma análise regional mais detalhada, como é o caso de Minas Gerais. O estado, com sua grande diversidade socioeconômica, oferece um panorama interessante sobre as desigualdades de renda em uma escala local. Pales (2014) já destacava em seu estudo que o estado possui uma ampla variedade de climas, relevos e vegetações, além de ser culturalmente rico e diversificado, com uma grande diversidade econômica e social.

Logo abaixo foi apresentada a evolução do Índice de Gini em Minas Gerais entre 2000 e 2021, com foco nas mudanças na desigualdade de renda ao longo desse período.

4.3 Evolução do Índice de Gini em Minas Gerais (2000-2021)

No gráfico 10 apresentado abaixo, foi verificado a evolução do Índice de Gini em Minas Gerais ao longo das últimas duas décadas, com dados coletados a partir dos Censos de 2000, e 2010, bem como da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) entre os anos de 2012 e 2021. Este gráfico fornece informações sobre as tendências de distribuição de renda em Minas Gerais ao longo do tempo, destacando possíveis mudanças e padrões.



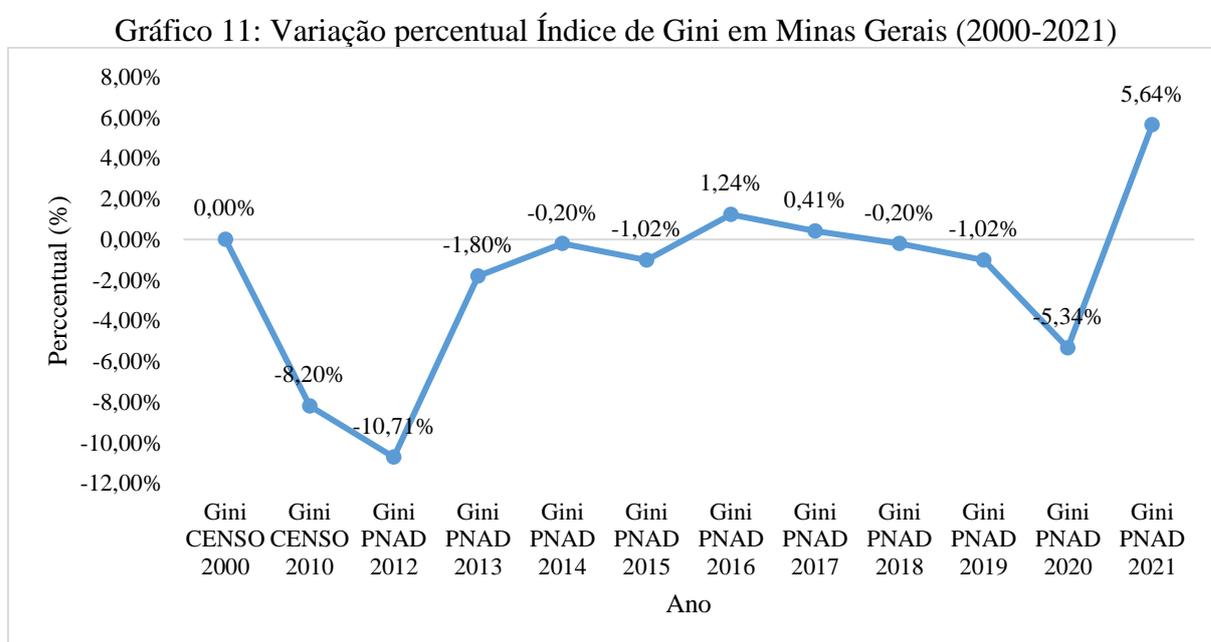
Fonte: Autor

A análise dos dados do Índice de Gini em Minas Gerais ao longo das últimas décadas revela algumas tendências interessantes. No início dos anos 2000, Minas Gerais apresentava um Índice de Gini estável em torno de 0,61, o que sugere uma persistência na desigualdade de

renda nesse período. No entanto, a partir do Censo de 2010, observa-se uma tendência de queda no Índice de Gini, indicando uma melhora na distribuição de renda no estado.

Essa melhora é ainda mais evidente quando analisados os dados mais recentes da PNAD, onde o Índice de Gini diminuiu de forma consistente ao longo dos anos. Entre 2012 e 2021, o Índice de Gini em Minas Gerais caiu de 0,5 para 0,487, atingindo o valor mais baixo de 0,461 em 2020.

A representação gráfica da variação percentual do Índice de Gini em Minas Gerais é destacada no gráfico 11 encontrado a seguir e fornece uma visualização das tendências de queda e alta no decorrer dos anos.



Fonte: Autor

Apesar de apresentarem valores percentuais diferenciados, pode-se verificar uma dinâmica parecida em uma comparação entre os dados do Índice de Gini no Brasil e em Minas Gerais através dos dois gráficos de variação, 9 e 11, respectivamente. Ao comparar os dados de Minas Gerais com os do Brasil como um todo, pode-se observar algumas diferenças e semelhanças interessantes nas variações do Índice de Gini ao longo do tempo.

Em primeiro lugar, ambas as séries de dados apresentam flutuações no Índice de Gini, indicando uma dinâmica complexa na distribuição de renda. No entanto, as variações em Minas Gerais parecem ser menos extremas em comparação com o Brasil como um todo.

Em Minas Gerais, observou-se uma dinâmica na variação do Índice de Gini ao longo do tempo. No Censo de 2000, o índice permaneceu estável em relação ao censo anterior de 1991

(Gini 0,61), mas destacou-se uma significativa redução de 8,20% em 2010 em relação à última década. Essa trajetória descendente também é evidente nos dados da PNAD entre 2012 e 2020, com exceção de um leve aumento registrado em 2016.

Por outro lado, os dados do Brasil como um todo mostram uma tendência mais irregular. Embora haja períodos de redução significativa na desigualdade, como a década entre os Censos de 2000 e 2010, também houve períodos de aumento na desigualdade, como os anos de 2016 e 2018.

Uma diferença relevante de Minas Gerais em relação ao Brasil a ser notada é o comportamento do Índice de Gini em 2021. Enquanto no estado houve um aumento acentuado de 5,64%, no país como um todo a elevação foi de 3,82%. Essa discrepância sugere que os fatores que influenciam a desigualdade de renda podem ter efeitos distintos em diferentes regiões, refletindo dinâmicas econômicas e estruturais específicas. Além disso, indica que as políticas públicas adotadas podem apresentar impactos diferenciados dependendo do contexto regional, exigindo abordagens mais direcionadas para enfrentar as desigualdades locais.

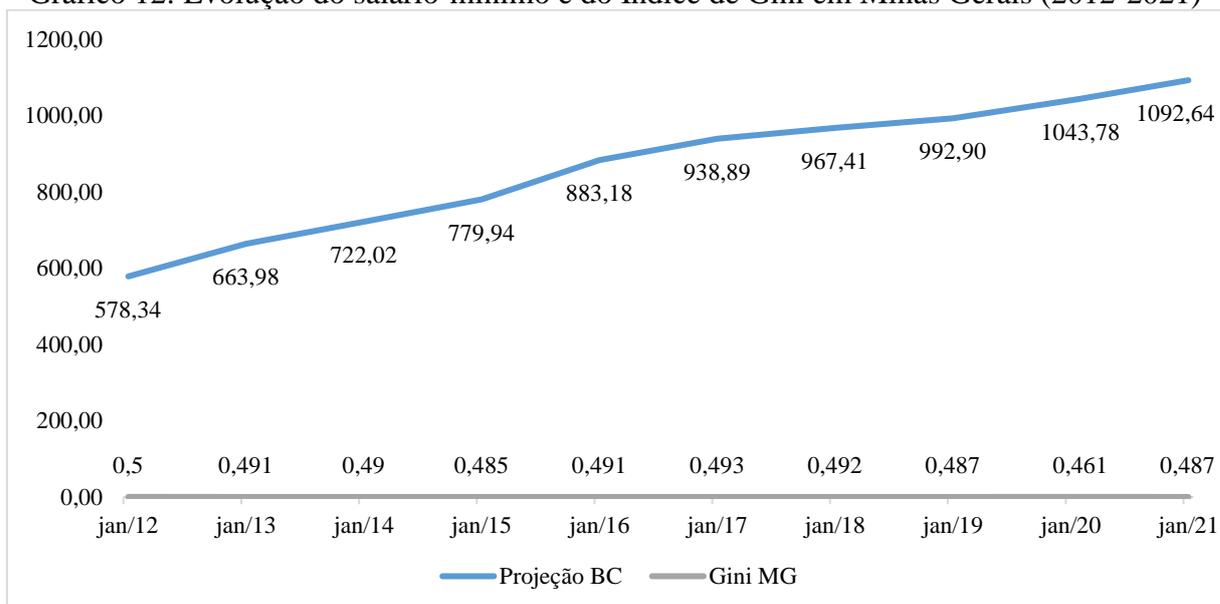
Conforme destacado por Santos e Pales (2014) a vasta extensão territorial e a posição geográfica central de Minas Gerais proporcionaram um desenvolvimento histórico singular. O estado abriga tanto municípios com alguns dos melhores indicadores sociais do país quanto aqueles com os piores índices. Em relação à distribuição de renda e às condições de vida, Minas Gerais reflete de maneira marcante, como poucas unidades da Federação, a realidade desigual do Brasil como um todo.

No próximo tópico, foi abordado informações quanto a evolução do salário-mínimo e do Índice de Gini pela PNAD no período compreendido entre 2012 e 2021, buscando estabelecer relações e discutir os resultados à luz da teoria.

4.4 Evolução do salário-mínimo e do Índice de Gini (PNAD) em Minas Gerais (2012-2021)

A seguir, foi destacada a análise da evolução do salário-mínimo e do Índice de Gini em Minas Gerais entre 2012 e 2021. Os dados demonstram as projeções do Banco Central para o salário-mínimo, comparadas com os valores reais pagos ao longo dos anos, e a variação do Índice de Gini, que reflete a desigualdade de renda no estado. O gráfico 12 ilustra esses dados, permitindo uma visualização da relação entre o crescimento do salário-mínimo e as variações na desigualdade de renda em Minas Gerais durante o período analisado.

Gráfico 12: Evolução do salário-mínimo e do Índice de Gini em Minas Gerais (2012-2021)



Fonte: Autor

Observa-se que, enquanto o salário-mínimo com correção monetária aumentou ao longo do período, a desigualdade de renda medida pelo coeficiente de Gini apresentou uma tendência geral de redução. No entanto, esse índice experimentou flutuações ao longo dos anos, com uma queda mais acentuada entre 2019 e 2020, seguida de um leve aumento em 2021. Esse comportamento observado é corroborado pelas afirmações de Barros, Foguel e Ulyssea (2006) de que embora os aumentos no salário-mínimo possam reduzir o grau de desigualdade, é possível que existam outros instrumentos que, com o mesmo volume de recursos, sejam capazes de promover reduções ainda mais expressivas na desigualdade.

Embora a relação entre aumento do salário-mínimo e a redução do Índice de Gini seja observada, é importante notar que a desigualdade de renda é influenciada por uma série de fatores econômicos e sociais. O aumento do salário-mínimo pode ter desempenhado um papel importante, mas outros elementos, como políticas públicas, condições econômicas gerais, crescimento do emprego e distribuição de renda, também podem ter impactado essa redução da desigualdade.

Lopes e Gusmão (2012) definem quatro fatores principais que são responsáveis pela redução da pobreza e da desigualdade: fatores demográficos, transferências de renda, rendimento de ativos e o mercado de trabalho. Dentre esses, as transferências governamentais e a diminuição das disparidades na renda do trabalho são consideradas os mais importantes.

Para além, Chaves e Arcoverde (2021) discorrem que além da má distribuição de renda e da concentração de riqueza, também compõem a desigualdade social no Brasil a falta de

acesso à educação de qualidade, os baixos salários, a política fiscal injusta e a dificuldade de acesso aos serviços básicos, como saúde, transporte público e saneamento básico.

A partir dessa análise, é possível examinar de forma mais detalhada a desigualdade de renda nos municípios mineiros, considerando as particularidades regionais e os fatores que contribuem para a manutenção ou agravamento das disparidades socioeconômicas.

A discussão sobre tais aspectos continua no tópico a seguir.

4.5 Análise da desigualdade de renda nos municípios mineiros

Entre os aspectos analisados no estudo da desigualdade de renda em Minas Gerais, destaca-se a variação do Índice de Gini nos municípios do estado. Para compreender as dinâmicas dessa desigualdade, é necessário observar como ela se distribui ao longo do território mineiro, considerando diferentes contextos econômicos, sociais e históricos. A partir dos dados censitários obtidos pelo IBGE nos anos 2000 e 2010, é possível analisar as mudanças na distribuição de renda entre os municípios, segmentando-os em quartis para uma avaliação mais detalhada das disparidades.

Em suas discussões Costa, Ferreira, Braga e Abrantes (2012) já afirmavam que devido ao tamanho do Brasil e à sua divisão territorial, é compreensível que as desigualdades no país não se limitem aos estados e mesorregiões. Nesse contexto, observam-se grandes discrepâncias dentro de um mesmo estado, chegando até a níveis municipais. Esse cenário de desigualdade também é evidente no Estado de Minas Gerais.

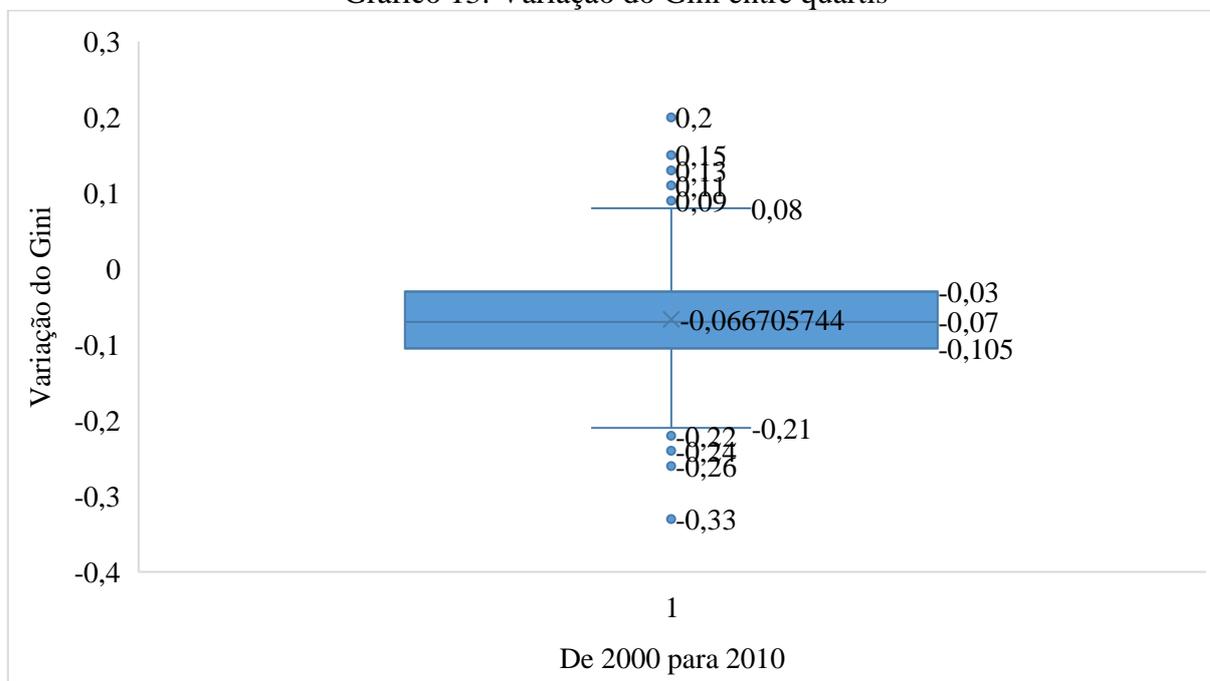
A variação do Índice de Gini entre esses quartis foi apresentada logo abaixo permitindo uma compreensão mais detalhada das transformações ocorridas na desigualdade de renda ao longo da década.

4.5.1 Variação do Índice de Gini (IBGE) nos municípios de Minas Gerais: Análise entre quartis (2000-2010)

A análise do Índice de Gini entre os municípios de Minas Gerais foi realizada com base nos dados censitários fornecidos pelo IBGE para os anos de 2000 e 2010. A seguir, são apresentados os resultados dessa variação, ilustrados no gráfico 13, que permite uma comparação detalhada das desigualdades de renda entre os municípios ao longo da década,

segmentada por quartis. A variação do índice foi calculada pela diferença entre o valor do Gini obtido em 2010 e o registrado em 2000.

Gráfico 13: Variação do Gini entre quartis



Fonte: Autor

A interpretação do gráfico acima inicia ao observá-lo de baixo para cima, encontrando valores de Gini que vão de -0,33 a -0,10, representando o 1º quartil (contendo 251 municípios). O 2º quartil é compreendido entre -0,09 e -0,07 (177 municípios). O 3º quartil abrange o intervalo de -0,06 a -0,03 (183 municípios), e, por fim, o 4º quartil se estende de -0,02 a 0,20 (252 municípios).

No estudo dos 853 municípios de Minas Gerais, observa-se que o indicador de Gini apresenta uma variação média de -0,06, sugerindo uma redução na concentração de renda nessas regiões. A linha central, marcada por -0,07, corresponde à mediana, o ponto central entre todos os valores dos municípios analisados. Os valores de -0,21 e 0,08 representam, respectivamente, os limites inferiores e superiores. Qualquer valor abaixo do limite inferior é considerado um *outlier* inferior, enquanto aqueles acima do superior são classificados como *outliers* superiores, representando os extremos.

Resende (2016) argumenta que geralmente, a identificação de *outliers* em pesquisas é realizada por meio de inspeção gráfica, sendo o gráfico *boxplot* o exemplo mais clássico. Esse gráfico é construído a partir de um conjunto de dados ordenados, assumindo uma distribuição simétrica, independentemente do tamanho da amostra. No *boxplot*, os *outliers* são identificados

como pontos que se encontram acima ou abaixo das "linhas" externas à "caixa", limites esses definidos com base em medidas quartílicas.

Os dados apresentados no gráfico acima ilustram as variações do Índice de Gini em relação aos quartis de uma distribuição de renda. Por exemplo, no primeiro quartil, observa-se uma variação de -0,33 a -0,10 no Índice de Gini ao transitar do primeiro para o segundo quartil. Isso sugere uma redução na desigualdade de renda à medida que se avança do primeiro para o segundo quartil.

Ao analisar o segundo, percebe-se uma variação negativa de -0,09 a -0,07 no Índice de Gini entre o segundo e o terceiro quartil, indicando uma continuação da tendência de redução da desigualdade de renda.

No quartil 3, a variação negativa diminui, indo de -0,06 a -0,03 entre o terceiro e o quarto quartil. Por fim, observa-se uma variação positiva entre -0,02 e 0,20 entre o quarto quartil e o topo da distribuição de renda. Isso indica um aumento na desigualdade de renda na parte superior da distribuição, sugerindo uma maior concentração de renda nestes estratos.

A grande variação apresentada no gráfico pode ser relacionada com a discussão proposta por Santos (2019), que afirma que, além de ser sabido que Minas Gerais é um estado contraditório em relação à sua riqueza e à qualidade de vida da população, observa-se também que essa unidade federativa é espacialmente desigual. As mesorregiões situadas ao sul, como o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Vale do Rio Doce, Zona da Mata e Sul/Sudeste de Minas, apresentam bons indicadores socioeconômicos. Em contraste, as mesorregiões localizadas ao norte, como o Norte de Minas, Noroeste de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri, exibem indicadores menos favoráveis.

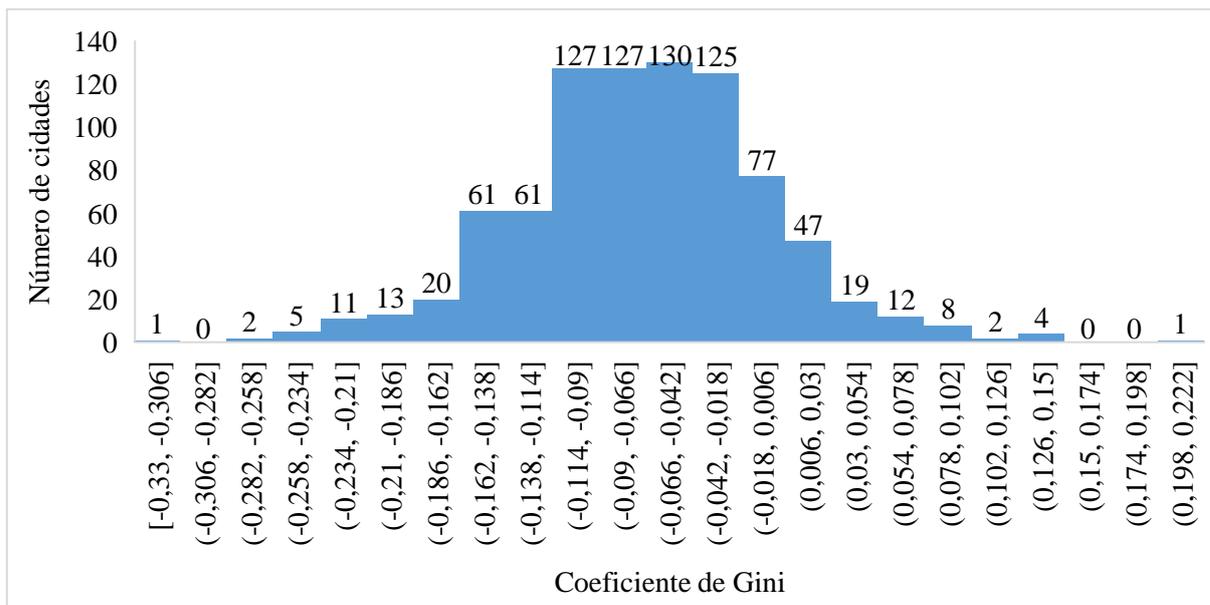
No entanto, é importante destacar que a maior parte dos municípios apresenta uma variação negativa, o que indica uma melhoria no índice.

A distribuição dessa desigualdade entre os municípios de Minas Gerais foi analisada no tópico subsequente.

4.5.2 Variação do Índice de Gini (IBGE) entre municípios mineiros

No gráfico 14 abaixo ilustra-se a distribuição dos municípios mineiros considerando intervalos do Índice de Gini com posterior análise.

Gráfico 14: Histograma da variação Índice de Gini entre municípios (2000-2010)



Fonte: Autor

Os dados do histograma acima apresentam-se simétricos que conforme apontado por SEBRAE (2023) são apresentados segundo a distribuição normal, onde a maior frequência se concentra no centro do histograma, com caudas proporcionais à esquerda e à direita. A partir desse padrão, é possível avaliar o grau de desvio dos demais dados em relação a esse modelo.

Como pode-se observar entre as variações negativas do Índice de Gini entre -0,33 e -0,042 estão localizados 558 dos 853 municípios mineiros, representando aproximadamente 65,42% do total. Esse resultado sugere uma melhora na distribuição de renda quando considerado o período compreendido entre 2000 e 2010.

Nos estudos propostos por Beirão, Barbosa e Leite (2019) a desigualdade na distribuição da renda nos municípios de Minas Gerais reduziu entre 2000 e 2010, período em que a renda destas localidades passou a ser distribuída de forma mais equitativa.

Amano e Rocha (2019), em sua pesquisa intitulada “Macrodeterminantes da pobreza nas mesorregiões de Minas Gerais para os anos 2000 e 2010”, observaram uma tendência de redução da desigualdade de renda para o período conforme indicado pelo índice de Gini. Além disso, houve um aumento da renda média ao longo de toda a década. Destaca-se que as mesorregiões mais pobres foram as mais beneficiadas, o que foi determinante para a expressiva diminuição da proporção de pessoas em situação de pobreza no final do período analisado.

Analisando o contexto, as políticas de valorização do salário-mínimo e a estabilização econômica promovida pelo Plano Real influenciaram a dinâmica socioeconômica em Minas Gerais entre os anos 2000 e 2010. A política de valorização do salário-mínimo resultou em

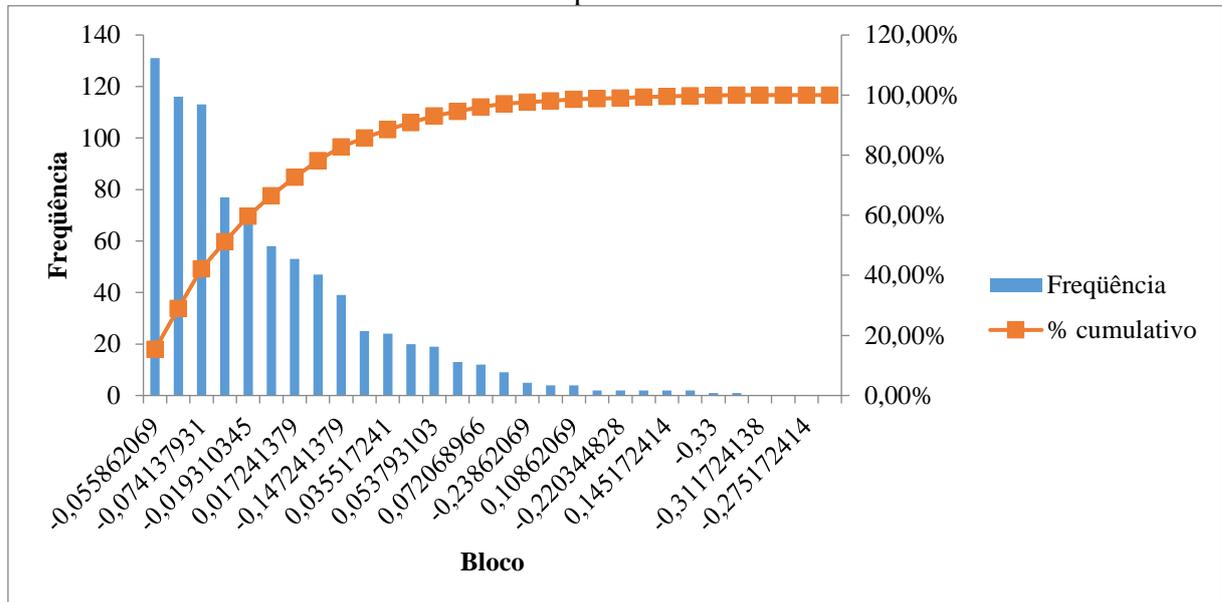
aumentos reais no poder de compra, impactando especialmente as populações de menor renda, predominantemente em regiões com menores indicadores socioeconômicos.

Dando continuidade à análise das desigualdades regionais em Minas Gerais, as variações no Índice de Gini fornecem uma perspectiva sobre os padrões de concentração de renda nos municípios ao longo do período estudado. Para aprofundar essa avaliação, o próximo tópico apresenta a distribuição dessas variações, destacando os intervalos mais frequentes e os casos atípicos.

4.5.4 Histograma da distribuição das variações no Índice de Gini (IBGE) dos municípios mineiros

A seguir, será apresentada a distribuição das variações, destacando os intervalos mais recorrentes e os comportamentos atípicos observados entre os municípios, por meio do gráfico 15.

Gráfico 15: Histograma da distribuição das variações no Índice de Gini (IBGE) dos municípios mineiros



Fonte: Autor

O histograma apresentado detalha a distribuição das variações no Índice de Gini. A análise revela que as variações mais comuns do índice estão concentradas em torno de valores negativos moderados.

Os blocos com frequências mais altas são aqueles próximos a $-0,055862069$ e $-0,074137931$, que mostram um número significativo de ocorrências. Isso indica que a maioria das variações do Índice de Gini se concentra nesses intervalos. À medida que os valores se aproximam de $-0,019310345$, a porcentagem acumulada atinge $59,67\%$, revelando que mais da metade das variações estão dentro dos primeiros cinco blocos analisados.

A frequência das variações diminui conforme se observa valores negativos mais extremos, como $-0,202068966$ e $-0,220344828$, que apresentam ocorrências muito raras. Além disso, as variações positivas são menos frequentes, com blocos como $0,017241379$ e $0,035517241$ mostrando uma presença menor em comparação com os blocos negativos.

A análise mostra que as variações do Índice de Gini são predominantemente negativas e moderadas, com uma concentração significativa em torno de $-0,05$ a $-0,10$, e que as variações mais extremas, tanto negativas quanto positivas, são menos frequentes.

A análise das variações no Índice de Gini entre os municípios de Minas Gerais revela importantes padrões de desigualdade ao longo do tempo. Essas variações fornecem indicadores sobre o comportamento da distribuição de renda no estado, permitindo identificar tendências de concentração ou dispersão da desigualdade em diferentes regiões. Utilizando ferramentas como o aplicativo GeoDa, é possível explorar espacialmente esses dados, oferecendo uma perspectiva detalhada sobre como as mudanças na renda se manifestam em diferentes contextos municipais.

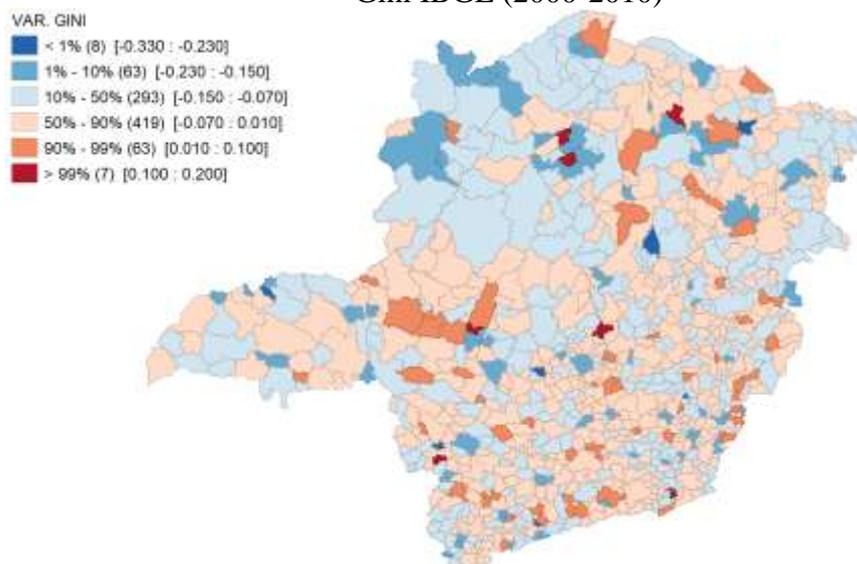
A seguir representado graficamente essa divisão espacial utilizando o aplicativo GeoDa.

4.5.5 Distribuição dos Municípios de Minas Gerais pela variação do Índice de Gini: Análise com o Aplicativo GeoDa

O uso do aplicativo GeoDa, neste estudo, é fundamental para a análise espacial de dados, especialmente quando se busca compreender a distribuição e a dinâmica de fenômenos como as variações no Índice de Gini entre os municípios de Minas Gerais, permitindo mapear as diferenças na distribuição de renda e o entendimento das dinâmicas socioeconômicas no estado.

A seguir apresenta-se a representação gráfica da divisão espacial dos municípios mineiros pela variação do Gini utilizando o aplicativo GeoDa, através da Figura 1.

Figura 1: Representação gráfica da divisão espacial dos municípios mineiros pela variação do Gini IBGE (2000-2010)



Fonte: Autor

A figura 1 acima apresenta a variação do Índice de Gini nos municípios de Minas Gerais, destacando diferentes mudanças na concentração de renda ao longo do período analisado. As maiores reduções na desigualdade, representadas pelos tons mais escuros de azul, estão dispersas pelo estado, com destaque para algumas áreas no Norte e outras regiões isoladas. Esses municípios registraram quedas significativas no Índice de Gini, refletindo avanços expressivos na redução da concentração de renda.

A maior parte dos municípios concentra-se em variações mais moderadas, representadas pelas tonalidades de azul claro e bege, indicando que, embora a desigualdade tenha diminuído, as mudanças foram de menor intensidade. Por outro lado, as áreas em bege-claro e tons mais claros de vermelho mostram estabilidade ou aumento leve na desigualdade, indicando desafios localizados no combate à concentração de renda.

Os municípios destacados em vermelho-escuro apresentam os aumentos mais significativos no Índice de Gini, sinalizando um agravamento na desigualdade de renda. Embora esses casos sejam menos frequentes, demandam atenção especial em termos de políticas públicas.

Segundo Salvato, Raad, Araújo Júnior e Pessoa (2006), ao analisar as disparidades entre as micros e mesorregiões de Minas Gerais, com base em indicadores como a renda *per capita*, destacam-se duas grandes localidades. A primeira abrange a região norte/nordeste do estado, caracterizada por ser uma área mais pobre, enquanto a segunda inclui a região sul/sudoeste, que se apresenta com uma situação econômica mais favorável. Esses blocos fazem de Minas Gerais

um exemplo representativo da desigualdade de renda no Brasil, com o norte do estado assemelhando-se à região nordestina, e o sul de Minas Gerais comparável às regiões mais prósperas do país.

O padrão observado no mapa evidencia uma redução heterogênea da desigualdade em Minas Gerais, com algumas regiões mais pobres, como o Norte de Minas e Jequitinhonha, apresentando avanços, mas ainda enfrentando desafios significativos. Essas variações reforçam a necessidade de estratégias regionais específicas e adaptadas às realidades locais para enfrentar a concentração de renda de forma mais eficaz, reforçando que o aumento do salário-mínimo por si só, não é suficiente para reduzir as disparidades.

O mapeamento da desigualdade em Minas Gerais revela um panorama de avanços significativos em algumas regiões, embora ainda haja desafios consideráveis em outras, particularmente nas áreas mais carentes.

Silva, Fontes e Alves (2004), utilizaram o teste de convergência de Quah (1993), que analisa a dispersão da distribuição de renda e as taxas de crescimento entre diferentes regiões. No contexto mineiro, identificaram que o Triângulo Mineiro demonstrou uma tendência de convergir para um estado estacionário de renda superior à média estadual, mantendo suas microrregiões em uma posição relativamente favorável em relação às demais. Por outro lado, a região Central destacou-se pela heterogeneidade interna, com a concentração de riqueza em cidades como Belo Horizonte e Ouro Preto, enquanto o Sul de Minas mostrou relativa estabilidade, com poucas mudanças significativas entre os estratos de renda.

Dentre as variáveis que afetam os indicadores sociais, Ende, Wakulicz e Zanini (2010) afirmam que variáveis econômicas, como o Produto Interno Bruto (PIB), que mede a riqueza de um país, e a taxa de juros, desempenham um papel importante na explicação da concentração de riqueza. A inflação é outra variável relevante ao se analisar a concentração de renda, bem como aspectos educacionais, o tempo de estudo e os índices de analfabetismo também são variáveis significativas.

A análise das variações no Índice de Gini entre os municípios de Minas Gerais revela padrões distintos de desigualdade e distribuição de renda. Essa variação entre diferentes municípios reflete as complexidades e desigualdades internas do estado, apontando a necessidade de estratégias regionais para promover uma distribuição mais equitativa da renda, que não dependam apenas do aumento real do salário-mínimo.

No tópico a seguir, foi analisado a correlação entre o Índice de Gini e o salário-mínimo em Minas Gerais.

4.6 Correlação Índice de Gini e salário-mínimo Minas Gerais

Através da tabela 1 abaixo foram dispostos os dados de correlações entre as variáveis discutidas e logo após a interpretação dos resultados.

Tabela 1: Correlação entre indicadores de desigualdade de renda e salário-mínimo

	<i>Salário-mínimo</i>	<i>20/40</i>	<i>GINI de MG</i>
Salário-Mínimo	1		
20/40	-0,433825838	1	
GINI de MG	-0,53003009	0,990245988	1

Fonte: Autor

De acordo com os dados da tabela, pode-se verificar que a correlação entre o salário-mínimo e a razão 20/40 é negativa, indicando que um aumento no salário-mínimo está associado a uma diminuição na razão entre os 20% mais ricos e os 40% mais pobres. Em outras palavras, quando o salário-mínimo aumenta, a disparidade entre esses dois grupos socioeconômicos tende a diminuir.

A correlação entre o salário-mínimo e o Índice de Gini de Minas Gerais também é negativa, sugerindo que um aumento no salário-mínimo está associado a uma diminuição na desigualdade de renda em Minas Gerais. Isso significa que políticas que aumentam o Salário-Mínimo podem contribuir para uma distribuição de renda mais equitativa no estado.

Já a correlação entre a razão 20/40 e o Índice de Gini de Minas Gerais é positiva, o que indica que um aumento na razão entre os 20% mais ricos e os 40% mais pobres está associado a um aumento na desigualdade de renda medida pelo Índice de Gini. Em síntese, quando a disparidade entre os mais ricos e os mais pobres aumenta, a desigualdade de renda em Minas Gerais tende a crescer. No entanto, optou-se por utilizar apenas o indicador Gini nas regressões devido a maior intensidade da sua correlação com o salário-mínimo.

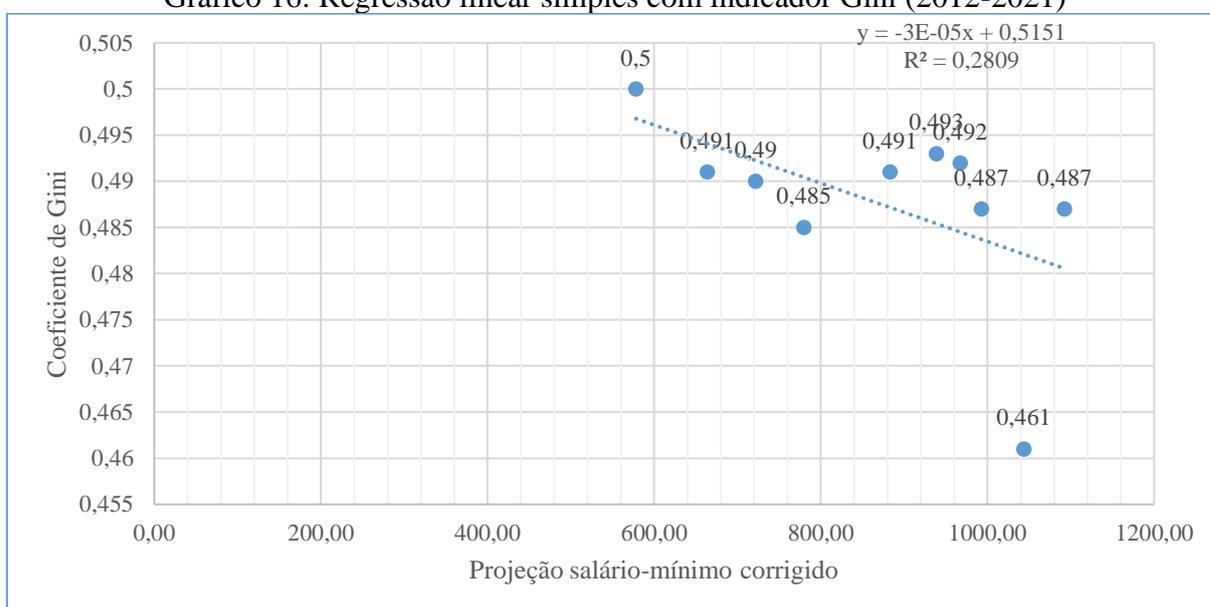
As correlações encontradas no estudo são moderadas e sugerem que o salário-mínimo e a distribuição de renda entre os grupos socioeconômicos têm um impacto na desigualdade de renda em Minas Gerais. Políticas que visam aumentar o salário-mínimo e reduzir a disparidade entre os diferentes estratos sociais podem contribuir para uma sociedade mais igualitária em termos de distribuição de renda.

No próximo tópico, foi investigado a relação entre a política de reajuste do salário-mínimo e os indicadores de distribuição de renda.

4.7 Regressão linear simples com indicador Gini PNAD Minas Gerais (2012-2021)

No Gráfico 16 abaixo, foi analisada a possível relação entre os valores projetados de correção do salário-mínimo pelo Banco Central e a distribuição de renda, representada pelo indicador de Gini, no período de 2012 a 2021. A regressão considerou esse intervalo devido à linearidade dos dados e às projeções disponibilizadas pelo IBGE, por meio da PNAD, e pelo Banco Central para o salário-mínimo. Além disso, a limitação da base de dados quanto a informações anteriores a 2012 restringiu a inclusão de períodos anteriores na análise.

Gráfico 16: Regressão linear simples com indicador Gini (2012-2021)



Fonte: Autor

O coeficiente de determinação R^2 de 0,2809 na regressão linear simples verificada no gráfico acima, indica que entre os valores projetados de correção do salário-mínimo pelo Banco Central e os valores do Índice de Gini de Minas Gerais sugerem que aproximadamente 28,09% da variabilidade nos valores do Índice de Gini é explicada pela variação nos valores projetados de correção do salário-mínimo.

Pode-se verificar que a linha de tendência sugere uma queda mais acentuada à medida que o valor do salário-mínimo aumenta, indicando que essa variação pode contribuir para a redução no coeficiente de Gini.

Isso significa que o modelo de regressão linear simples não explica a maior parte da variabilidade nos valores do Índice de Gini de Minas Gerais. Em outras palavras, há outros

fatores além da variação nos valores projetados de correção do salário-mínimo que influenciam os valores do Índice de Gini na região de Minas Gerais.

Assim, embora exista uma relação entre os valores projetados de correção do salário-mínimo e os valores do Índice de Gini de Minas Gerais, essa relação não é muito forte, conforme indicado pelo valor relativamente baixo do coeficiente de determinação. Outros fatores econômicos, sociais e políticos podem estar contribuindo significativamente para a variabilidade observada nos valores do Índice de Gini.

Moura, Carvalho, Nepomuceno e Costa (2014) também identificaram, em seu estudo, uma variação negativa no Índice de Gini, o que indica uma redução na desigualdade social. Esse resultado foi analisado no contexto de um modelo de regressão linear, utilizado para investigar a relação entre desigualdade social, educacional e criminalidade nos municípios do Estado de Pernambuco.

Nunes (2023), ao analisar o diagrama de dispersão das variáveis proporção de pobres (ppobres) e índice de Gini (gini) ao longo do tempo, observa que os pontos estão concentrados formando uma reta de inclinação negativa. Isso indica que, entre 1995 e 2014, houve uma redução na desigualdade na distribuição de renda (índice de Gini), acompanhada pela diminuição da proporção de pobres. Em relação à renda *per capita* deflacionada (rendapcdeflac), percebe-se uma queda inicial, seguida de um período de estagnação, um leve aumento e, por fim, uma nova redução.

É importante ressaltar que a variabilidade do Índice de Gini não é totalmente explicada pela variação no salário-mínimo. Isso sugere que outros fatores, como políticas públicas, a estrutura do mercado de trabalho, o sistema educacional e diferentes aspectos econômicos e sociais, também influenciam a desigualdade de renda em Minas Gerais. Embora exista uma tendência negativa observada entre o salário-mínimo e o Índice de Gini, ela não é suficiente para refletir toda a complexidade da desigualdade no estado. A desigualdade de renda é moldada por diversos fatores, e a relação entre salários e desigualdade, embora importante, é apenas uma parte de um panorama maior. Adicionalmente, é importante analisar um conjunto mais amplo de variáveis para entender plenamente as causas e as tendências da desigualdade de renda ao longo do tempo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral do presente estudo foi atingido, a saber, investigar a existência da associação da distribuição de renda nos municípios de Minas Gerais com as políticas brasileiras de ajuste do SM e a evolução, compreendido entre 2000 e 2021. A análise permitiu compreender a relação entre as mudanças no salário-mínimo e os padrões socioeconômicos do estado, trazendo questões para a formulação de políticas públicas mais eficazes.

Os resultados evidenciaram que o aumento do salário-mínimo tem contribuído para a redução da desigualdade em determinados períodos, conforme refletido na redução do Índice de Gini em Minas Gerais e no Brasil. Apesar desse resultado, essa relação é influenciada por uma série de fatores econômicos, políticos e sociais. Políticas públicas complementares, como transferências de renda, melhorias no mercado de trabalho e programas educacionais, também desempenham papéis fundamentais para a redução das disparidades socioeconômicas.

Outro ponto relevante foi a identificação de variações regionais significativas dentro de Minas Gerais. Apesar de avanços em regiões mais desenvolvidas, outras áreas, como o Vale do Jequitinhonha e o Vale do Mucuri, continuam marcadas por disparidades, mesmo com ligeiras evoluções. Esse contexto reforça a necessidade de políticas públicas regionais que considerem as particularidades locais, buscando promover um desenvolvimento socioeconômico mais equilibrado.

Adicionalmente, a análise da evolução do salário-mínimo destaca sua importância como ferramenta de redistribuição de renda, especialmente para as camadas mais vulneráveis da população. Entretanto, as variações no poder de compra ao longo dos anos, determinadas pela inflação e pela ausência de uma política consistente em determinados períodos, evidenciam a necessidade de consolidar diretrizes de valorização salarial de longo prazo.

Nesse contexto, a Lei nº 14.663/2023 representa um marco ao estabelecer critérios para o reajuste anual do salário-mínimo, baseando-se na reposição da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e no crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) dos dois anos anteriores. No entanto, o governo sancionou a Lei nº 15.077, de 27 de dezembro de 2024, que estabelece um limite de 2,5% acima da inflação para o reajuste do salário-mínimo no período de 2025 a 2030. De acordo com o G1 Economia (2024), o objetivo da nova regra é alinhar o crescimento do piso salarial aos parâmetros definidos pelo novo arcabouço fiscal. No seu artigo 4º, a lei determina que, entre 2025 e 2030, o aumento real estabelecido no § 4º do artigo 3º da Lei nº 14.663, de 28 de agosto de 2023, não poderá ser

inferior ao índice mínimo nem superior ao índice efetivamente apurado conforme o artigo 5º da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023 (Novo Arcabouço Fiscal). Embora essa medida busque controlar as contas públicas, ela pode comprometer a valorização real do salário-mínimo, o que afeta diretamente a renda das camadas mais vulneráveis.

Apesar das contribuições do estudo, algumas limitações merecem destaque, como a dependência de dados secundários e a impossibilidade de uma análise detalhada de todas as mesorregiões de Minas Gerais. Pesquisas futuras poderiam aprofundar a relação entre as políticas salariais e outros indicadores socioeconômicos, como níveis de emprego, escolaridade e acesso a serviços básicos, além de investigar os impactos de políticas complementares em diferentes contextos regionais.

Por fim, este estudo contribuiu para o debate acadêmico e político sobre desigualdade de renda. Sendo que, o salário-mínimo, aliado a políticas públicas bem estruturadas, pode ser um importante instrumento na promoção de maior equidade e desenvolvimento socioeconômico, destacando a necessidade de ações incrementais e integradas para enfrentar os desafios da concentração de renda e promover um crescimento mais inclusivo em Minas Gerais e no Brasil.

REFERÊNCIAS

AFONSO, L. E.; PEREDA, P. C.; GIAMBIAGI, F.; FRANCO, S. O salário mínimo como instrumento de combate à pobreza extrema: estariam esgotados seus efeitos? **Economia Aplicada**, v. 15, n. 4, p. 559-593, 2011.

ALMEIDA, C.; NUNES, C. Quase 70% dos trabalhadores ganham até dois salários-mínimos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/09/quase-70percent-dos-trabalhadores-ganham-ate-dois-salarios-minimos.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2025.

AMANO, F. H. F.; ROCHA, L. E. de V. Macrodeterminantes da pobreza nas mesorregiões de Minas Gerais para os anos 2000 e 2010. *In*: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos Associação Brasileira de Estudos Regionais, XVII., 2019, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Regionais, 2019. Disponível em: <https://brsa.org.br/wp-content/uploads/wpcf7-submissions/1163/Artigo-Submiss%C3%A3o-Enaber.pdf>. Acesso em 15 jan. 2025.

ARAÚJO, J. M. A.; ALVES, J. A., BESARRIA, C. N.; O impacto dos gastos sociais sobre os indicadores de desigualdade e pobreza nos estados brasileiros no período de 2004 a 2009. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 17, n. 2, p. 249-275, 2013.

ARAÚJO, T. F.; FIGUEIRÊDO, L.; SALVATO M. A. As inter-relações entre pobreza, desigualdade e crescimento nas mesorregiões mineiras – 1970-2000. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 39, n. 1, p. 81-120, 2009.

ARAÚJO, T. S. K. **A política de salário-mínimo no brasil e os impactos da sua valorização no período recente sobre a distribuição de renda e o crescimento**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ATKINSON, A. B. **Desigualdade: o que pode ser feito?** 1. ed. São Paulo: Leya, 2016. 451p.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Consulta em tabela**. ATLAS BRASIL, 2025. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>. Acesso em: 16 jan. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora do Cidadão** - Correção de Valores. 2025. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora do cidadão: metodologia de cálculo utilizada pela Calculadora do Cidadão**. 2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/meubc/faqs/p/qual-a-metodologia-de-calculo-utilizada-pela-calculadora-do-cidadao>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 1.062**. 1985. Disponível em: https://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/42997/Res_1062_v1_O.pdf. Acesso em: 02 fev. 2025.

BAPTISTELLA, J. C. F. **Qualidade do gasto público**. Mestranda em Economia Aplicada pela Universidade Federal de São Carlos. 2010. Disponível em: <https://premios.tesouro.gov.br/stn2010/assets/pdf/tema2/Tema%202%20-%203%20lugar%20-%20Juliana%20Baptistella.pdf>. Acesso: 15 jan. 2025.

BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise de queda recente**. Brasília, DF: IPEA, 2006. 450p.

BEIRÃO, E. de S.; BARBOSA, E. V. P.; LEITE, M. E. Desigualdade na distribuição de renda nos municípios do estado de Minas Gerais. **Acta Scientiarum**, v. 41, n. 2, 2019. 11p.

BRASIL. **Decreto nº 91.990, de 27 de novembro de 1985**. Altera a redação do art. 2º do Decreto nº 84.560, de 14 de março de 1980 que regulamenta a Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, e dá outras providências. Brasília, DF: Palácio do Planalto, [1985]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91990-27-novembro-1985-442711-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 15.077, de 27 de dezembro de 2024**. Altera as Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991 (Lei da Política Agrícola), 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), 14.601, de 19 de junho de 2023 (Lei do Programa Bolsa Família), e 14.995, de 10 de outubro de 2024, para dispor sobre políticas públicas; e dá outras providências. Brasília, DF: Palácio do Planalto, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L15077.htm. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934**. Brasília, DF: Presidência da República, [1934]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: <https://constituicao.stf.jus.br/dispositivo/cf-88-parte-1-titulo-2-capitulo-2-artigo-7>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936**. Institue as comissões de salário-mínimo. Brasília: República dos Estados Unidos do Brasil, [1936]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-185-14-janeiro-1936-398024-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.222, de 5 de setembro de 1991**. Dispõe sobre a Política Nacional de Salários, o salário-mínimo e dá outras providências. *Revogada pela Lei nº 8.419, de 7 de maio de 1992*. Brasília, DF: Palácio do Planalto, [1991]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8222.htm#:~:text=LEI%20No%208.222%2C%20DE%205%20DE%20SETEMBRO%20DE%201991.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,m%C3%ADnimo%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.** Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do REAL e os critérios para conversão das obrigações para o REAL, e dá outras providências. Brasília, DF: Palácio do Planalto, [1995]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19069.htm. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.971, de 18 de maio de 2000.** Dispõe sobre o salário-mínimo a partir de 1º de maio de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF: Palácio do Planalto, [2000] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19971.htm#:~:text=LEI%20No%209.971%2C%20DE%2018%20DE%20MAIO%20DE%202000.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20sal%C3%A1rio%20m%C3%ADnimo,1996%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.255, de 15 de junho de 2010.** Dispõe sobre o salário-mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010, estabelece diretrizes para a política de valorização do salário-mínimo entre 2012 e 2023 e revoga a Lei nº 11.944, de 28 de maio de 2009. Brasília, DF: Palácio do Planalto, [2010]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12255.htm. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.663, de 28 de agosto de 2023.** Define o valor do salário-mínimo a partir de 1º de maio de 2023; estabelece a política de valorização permanente do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024; e altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. Brasília, DF: Palácio do Planalto, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114663.htm. Acesso em: 15 jan. 25.

BRASIL. **Medida Provisória nº 916, de 31 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre o valor do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2020. Brasília, DF: Palácio do Planalto, [2019]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv916.htm. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. **Medida Provisória nº 919, de 30 de janeiro de 2020.** Dispõe sobre o valor do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de fevereiro de 2020. Brasília, DF: Palácio do Planalto, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv919.htm. Acesso em: 15 jan. 2025.

CAMPELLO, T.; GENTILI, P.; RODRIGUES, M.; HOEWELL, G. R. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde Debate**, v. 42, n. 3, p. 54-66, 2018.

CARNEIRO, W. M. A. Concentração de renda aumentou no Nordeste em 2019. **Diário Econômico Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) – DEE**. Fortaleza: Banco do Nordeste, ano III, v.71, 2020. 2p.

CASTRO, H. M.; FERREIRA, J. C. Modelos de regressão linear e logística: quando utilizá-los e como interpretá-los? **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v. 48, n. 6, 2022. 2p.

CAVALCANTE, P. **A questão da desigualdade no Brasil: como estamos, como a população pensa e o que precisamos fazer.** Brasília, DF: IPEA, 2020. 40p. (Texto para discussão, n. 2593).

CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO (CEBRAP). **2024 Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades.** Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades. 86p. Disponível em: https://combateasdesigualdades.org/wp-content/uploads/2024/09/RELATORIO_2024_v3-1.pdf. Acesso em: 01 fev. 2025.

CENTRO DE PESQUISA EM MACROECONOMIA DAS DESIGUALDADES (MADE). **Relatório Trimestral PNAD Primeiro Trimestre de 2024.** [São Paulo: USP], 2024. Disponível em: https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2024/05/resumido_PNAD_01_2024.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

CHANCEL, L.; PIKETTY, T.; SAEZ, E.; ZUCMAN, G. **World Inequality Report 2022.** Paris, 2021. Disponível em: https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2022/03/0098-21_WIL_RIM_RAPPORT_A4.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

CHAVES, H. L. A.; ARCOVERDE, A. C. B. Desigualdades e privação de direitos na sociabilidade capitalista e suas expressões no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 141, p. 164-182, 2021.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Panorama social da América Latina.** Santiago, 2016. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/8adacb4d-31b5-4e35-beb9-12c3922d1f3c/content>. Acesso em: 15 jan. 2025.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Panorama social da América Latina.** Santiago, 2017. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/6a4beab0-8344-400f-877c-9f799a7fb3aa/content>. Acesso em: 15 jan. 2025.

COSTA, C. C. de M.; FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, M. J.; ABRANTES, L. A. Disparidades Inter-Regionais e Características dos Municípios do Estado de Minas Gerais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 20, p. 52-88, 2012.

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E INFORMÁTICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. **Índice de Gini da renda domiciliar per capita segundo Município.** Brasília: DATASUS, 2025. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginimg.def>. Acesso em: 16 jan. 2025.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Salário-mínimo: instrumento de combate à desigualdade.** São Paulo: DIEESE, 2010. ISBN 978-85-87326-42-3, versão *online*. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/livro/2010/SMinstrumentoCombateDesigualdade.html>. Acesso em: 15 jan. 2025.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A importância da política de valorização do salário-mínimo e a urgência de renová-la.** Nota Técnica, n. 205, 2019, versão online. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec205SalarioMinimo.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

DÜNHAUPT, P. Determinants of labour's income share in the era of financialization. **Cambridge Journal of Economics**, v. 41, n. 1, p. 283-306, 2017.

ENDE, M. V.; WAKULICS, G. J.; ZANINI, R. R. Estudo sobre as variáveis determinantes da distribuição de renda no Brasil. *In*: VII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia (SEGeT) da Associação Educacional Dom Bosco (AEDB), 8., 2010. **Anais [...]**. Resende: Associação Educacional Dom Bosco, 2010. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/302_artigo_Distr_Renda_Brasil.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

FEIJOO, A. M. L. C. Parte I – Estatística descritiva. **SciELO Books**, 2010. 109p.

FERREIRA, I. V.; BELANDI, C. Censo 2022: informações de população e domicílios por setores censitários auxiliam gestão pública. **Agência IBGE Notícias**, 21 mar. 2024, 10:00. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39525-censo-2022-informacoes-de-populacao-e-domicilios-por-setores-censitarios-auxiliam-gestao-publica>. Acesso em: 15 jan. 2024, 14:24.

FLEURY, T. L.; WERLANG, S. R. C. Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens. **GV Pesquisa**, Anuário de pesquisa 2016-2017, n. 5, p. 10-15, 2017.

FUENTES-NIEVA, R.; GALASSO, N. R. **Working for the few**: political capture and economic inequality. OXFAM: Munich Personal RePEc Archive, 2014. 33p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Perfil de Minas Gerais 2007** – A guide to the economy of Minas Gerais. 10 ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2007. 352p.

G1 ECONOMIA. Lula sanciona regra que limita crescimento do salário mínimo; piso de 2025 deve ficar em R\$ 1.518. **g1 - O portal de notícias da Globo**, Brasília, 28 dez. 2024, 21:48. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/12/28/lula-sanciona-regra-que-limita-crescimento-do-salario-minimo-piso-de-2025-deve-ficar-em-r-1518.ghtml>. Acesso em: 14 jan. 2025, 17:12.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002, 184p.

GLYN, A. Functional distribution and inequality. *In*: SALVERDA, W.; NOLAN, B.; SMEEDING, T. **Economic Inequality**. 1.ed. Oxford: Oxford University Press, 2009. 26p.

GUERRIERO, M. **The labour share of income around the world**: evidence from a panel dataset. Manchester, United Kingdom: University of Manchester, Development Economics and Public Policy, 2012.

INFORME SOBRE EL DESARROLLO MUNDIAL 2000/2001: LUCHA CONTRA LA POBREZA. **Banco Mundial**. 2000. 353p. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/509031468137396214/pdf/226840SPANISH0WDR0200002001.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, v.1, 1990. 137p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_1.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados: Minas Gerais**. 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg.html>. Acesso em: 15 jan. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Salário mínimo vigente (MTE12_SALMIN12)**. Brasília: IPEA, 2025. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=1739471028>. Acesso em: 16 jan. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Entendendo o Índice de Gini**. IPECE. 2015. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2015/02/Entendendo_Indice_GINI.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

LEVIN, K.; CASHORE, B.; BERNSTEIN, S.; AULD, G. Overcoming the tragedy of super wicked problems: constraining our future selves to ameliorate global climate change. **Policy Sciences**, v. 45, n. 2, p. 123-152, 2012.

LOPES, A. L. S.; GUSMÃO, G. de C. A relação entre pobreza e desigualdade na região norte de Minas Gerais. *In: XV Seminário sobre Economia Mineira: Diamantina +30*, 15., 2012, Diamantina. **Anais [...]**. Diamantina: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas (CEDEPLAR), 2012. Disponível em: https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2012/a_relacao_entre_pobreza_e_desigualdade.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

LOPES, B.; RAMOS, I. C. O.; RIBEIRO, G.; CORREA, R.; VALBON, B. F.; LUZ, A. C.; SALOMÃO, M.; LYRA, J. M.; AMBRÓSIO JÚNIOR, R. Bioestatísticas: conceitos fundamentais e aplicações práticas. **Revista Brasileira de Oftalmologia**, v. 73, n. 1, p. 16-22, 2014.

MARTINS, M. E. G. Regressão linear simples. **Revista de Ciência Elementar**, v. 7, n. 3, p. 1-3, 2019.

MEDEIROS, C. A. Distribuição de renda como política de desenvolvimento. **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**, v. 3, p. 193-222, 2002.

MOREIRA, V. de S.; MARTINS, A. de F. H. Desenvolvimento socioeconômico em Minas Gerais: identificação de clusters em mesorregiões menos desenvolvidas do estado. **Revista de Desenvolvimento e Políticas Públicas**, v.1, n°1, p.70-86, 2017.

MOURA, J. A. de.; CARVALHO, V. D. H. de.; NEPOMUCENO, T. C. C.; COSTA, A. P. C. S. Aplicação de modelo de regressão linear para análise da relação entre a desigualdade social, educacional e criminalidade nos municípios do estado de Pernambuco. *In: XXXIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção*, 34., 2014. Tema: Engenharia de Produção, Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável: a Agenda Brasil +10. **Anais [...]**. Curitiba: Associação Brasileira de Engenharia de Produção (ABEPRO), 2014. 14p.

NERY, M. C. **A Década Inclusiva (2001-2011):** desigualdade, pobreza e políticas de renda. Brasília: IPEA, 2012. 44p.

NUNES, V. de C. Distribuição de renda e pobreza: uma análise de regressão Linear múltipla (dados séries temporais) no estado do Ceará entre os anos de 1995 e 2014. *In: 12º Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão (FEPEG), 12., 2023. Tema: Ciência e Tecnologia: implicações no ensino, pesquisa e extensão. Anais [...]. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2023. 3p.*

ORGANISM FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **The labour share in G20 economies.** Paris: OECD, 2015. 22p.

OLIVEIRA, A. S. Produto Interno Bruto na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - TMAP. *In: CORRÊA, V. P. (Org.). Dinâmica Socioeconômica da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.* Uberlândia: CEPES/IEUFU, v. 3, maio 2017. 61p. Disponível em:
https://www.ieri.ufu.br/system/files/conteudo/pe15_dinamica_socioecon_tmap_v_3_pib_0.pdf

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa:** abordagem teórico-prática. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1998.

PAIM, P. R. **Salário-mínimo:** uma história de luta. Brasília: Senado Federal, 2005. 160p.

PALES, R. C. **Desenvolvimento regional e desigualdades sociais entre as macrorregiões de planejamento de Minas Gerais.** 2014. 137 f. Dissertação (Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS), Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Montes Claros, 2014.

PEREIRA, D. C. N.; LEITE, F. P. Distribuição funcional de renda: tendências internacionais e dificuldades de mensuração. **Nexos Econômicos**, v.11 n. 2, p. 1-39, 2017.

RESENDE, M. **Procedimento para identificar outliers por meio da distribuição acumulada de mínimo em um modelo com resposta gama.** Orientador: Marcelo Ângelo Cirillo. 2016. 51 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Estatística e Experimentação Agropecuária). Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2016.

SABOIA, J. **O salário-mínimo e seu potencial para a melhoria da distribuição de renda no Brasil.** Brasília: IPEA, 2007. Disponível em:
<https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap32.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SABOIA, J.; HALLAK NETO, J. Salário-mínimo e distribuição de renda no Brasil a partir dos anos 2000. **Economia e Sociedade**, v. 27, n. 1, p. 265-285, 2018.

SABOIA, J.; HALLAK NETO, J.; SIMÕES, A.; DICK, P. C. Mercado de trabalho, salário-mínimo e distribuição de renda no Brasil no passado recente. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 25, n. 2, p. 1-30, 2021.

SALATA, A. Distribuição de renda no Brasil entre 2002 e 2013: redução das desigualdades entre classes?. **Latin American Research Review**, v. 53, n. 1, p. 76-95, 2018.

SALES, H. L. **Relação centro-periferia e o desenvolvimento desigual nos municípios mineiros com atividade mineradora**. 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2021.

SALVATO, M. A.; RAAD, R. J.; ARAÚJO JÚNIOR, A. F de.; PESSOA, F. M. Disparidades regionais em Minas Gerais. *In*: XII Seminário sobre a Economia Mineira, 12., 2006, Diamantina. **Anais [...]**. Diamantina: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas (CEDEPLAR), 2006. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2006/D06A061.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SALVERDA, W.; NOLVAN, B.; SMEEDING, T. M. **Economic Inequality**. Oxford: Oxford University Press, 2009. 759 p.

SANTOS, G. C. de O. Entre as Minas e os Gerais: desigualdade espacial do mercado de trabalho. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da Universidade Rural Federal de Pernambuco (UFRPE)**, v. 2, n. 13, p. 143-157, 2019.

SANTOS, G. R. dos; PALES, R. C. Estratégias de desenvolvimento em Minas Gerais: uma análise comparada das macrorregiões de planejamento. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 9, n. 14, p. 163-185, 2014.

SCHOBER, P.; BOER, C.; SCHWARTE, L. A. Correlation Coefficients: appropriate use and interpretation. **Anesthesia & Analgesia**, v. 126, n. 5, p. 1763-1768, 2018.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Série mãos na massa: histograma**. 2025. Disponível em: <https://sst2.sebraeatende.com.br/system/files/ebook-serie-maos-na-massa-histograma.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SILVA, E.; FONTES, R.; ALVES, L. F. Análise das disparidades regionais em Minas Gerais. *In*: XI Seminário sobre a Economia Mineira, 11., 2004, Diamantina. **Anais [...]**. Diamantina: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas (CEDEPLAR), 2004. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2004/D04A005.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SILVA, E.; FONTES, R.; ALVES, L. F. Crescimento e desigualdade de renda em Minas Gerais. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 37, n. 1, p. 54-78, 2006.

SIMÃO, R. C. S. **Distribuição de renda e pobreza no estado de Minas Gerais**. Orientador: Rodolfo Hoffmann. 2004. 129 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SIMIONI, M. **Distribuição de renda é desenvolvimento**. Brasília: IPEA, v. 7, n. 60, 2010. 103p.

SOARES, T. C.; SOARES, J. C.; SOARES, S. V. Pesquisa quantitativa em turismo: os dados gerados são válidos e confiáveis? **Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR**, v. 9, n. 1, p. 162-174, 2019.

TANNI, S. E.; PATINO, C. M.; FERREIRA, J. C. Correlação vs. regressão em estudos de associação. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v. 46, n. 1, 2020. 1p.

TRAPP, K. **Measuring the labour income share of developing countries: learning from social accounting matrices**. Helsinki: The United Nations University World Institute for Development Economics Research (UNU-WIDER), 2015. 24p.

VALLADARES NETO, J.; SANTOS, C. B.; TORRES, E. M.; ESTRELA, C. BOXPLOT: um recurso gráfico para a análise e interpretação de dados quantitativos. **Revista Odontológica do Brasil Central**, v. 26, n. 76, p. 1-6, 2017.

VELASCO, W. Análise de tendências em saúde: conceitos e técnicas. **Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)** - Informação para Ação em Saúde. Secretaria de Estado da Saúde, Goiás, 2023. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2023/09/1510708/analise-de-tendencias-em-saude-conceitos-e-tecnicas.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

VIEIRA, V. P. dos S. GeoDa: a utilização de software livre na análise de dados espaciais. *In*: XV SEMINÁRIO NACIONAL DE GEOGRAFIA (SEMAGEO), 15., 2019, Maceió. Tema: Um olhar geográfico sobre o mundo atual: aspectos físicos, sociais e culturais. **Anais [...]**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2019. Disponível em: <https://doity.com.br/xvsemageo2019/atividade/geoda-a-utilizacao-de-software-livre-na-analise-de-dados-espaciais>. Acesso em: 15 jan. 2025.

XIBOM Bombom. Intérprete: Carla Cristina. Compositores: R. Gaspar e W. Rangel. *In*: Xibom Bombom. Bahia: Universal Music Group, 1999. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Ksj7C0dW18>. Acesso em: 15 jan. 2025.